

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

LUCAS TEIXEIRA COSTA

**DESEMPENHO COMPETITIVO DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE
OLIVA EXTRA VIRGEM NO RIO GRANDE DO SUL**

**PORTO ALEGRE
2019**

LUCAS TEIXEIRA COSTA

**DESEMPENHO COMPETITIVO DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE
OLIVA EXTRA VIRGEM NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Rozane Leal de Souza

Coorientadora: Profa. Dra. Letícia de Oliveira

**PORTO ALEGRE
2019**

Ficha Catalográfica

LUCAS TEIXEIRA COSTA

**DESEMPENHO COMPETITIVO DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE
OLIVA EXTRA VIRGEM NO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócios do Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Agronegócios.

Data de aprovação: __/__/____.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ângela Rozane Leal de Souza
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Letícia de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Prof^ª. Dra. Chaiane Leal Agne
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Prof. Dr. Dieisson Pivoto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Silveira Badejo
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Dedico este estudo aos meus pais Luiz Fernando B. Costa e Fátima Elenara T. Costa, meus exemplos de vida e minha maior inspiração. Meus melhores professores e os amigos mais fiéis que eu poderia ter. A quem sempre posso voltar, como se os anos não tivessem passado e ainda encontrasse neles a segurança e calmaria dos tempos que se foram. A estes que me deram a vida e pelos quais eu daria a minha.

AGRADECIMENTOS

Tenho plena convicção de que nada seria possível em minha trajetória se Deus não tivesse colocado pessoas especiais que foram cruciais para seguir em frente. A estas, expresso minha gratidão e admiração. Inicialmente agradeço a Deus pela vida, por tudo que me proporcionou e me permitiu viver, agradeço por sempre me presentear com pessoas tão especiais que talvez eu nem seja merecedor de conhecer.

Agradeço aos meus pais, Luiz Fernando B. Costa e Fátima Elenara T. Costa por tudo que me ensinaram e por todo o apoio prestado em minhas decisões. A minha irmã Janine C. Agne por ser tudo em minha vida, por ser minha amiga desde sempre e para sempre. A minha sobrinha Lauryne Agne, que é uma das pessoas mais importantes que eu tenho, e um dos motivos que me faz procurar ser melhor a cada dia. Agradeço aos meus irmãos Eliézer Costa e Jônatas Costa, por dividirem comigo uma infância cheia de alegria, e independente de qualquer coisa sempre foram e sempre serão minha família. Aos meus tios André dos Santos e Elaine Teixeira, por todo o apoio no início do mestrado, por me acolherem e estarem sempre dispostos a me ajudar.

A minha orientadora professora Dra. Ângela Rozane Leal de Souza, pela orientação e companheirismo durante o mestrado, por ser uma pessoa tão especial que por vezes, fez mais que suas atribuições e, com humanidade, me auxiliou nesta caminhada. Agradeço a minha coorientadora professora Dra. Letícia de Oliveira pela parceria e ensinamentos durante o período da pós-graduação e construção desta pesquisa.

Agradeço ao pesquisador Luiz Clovis Belarmino pela parceria no desenvolvimento desta pesquisa, por nunca medir esforços em auxiliar para que o melhor fosse feito. Pela contribuição nas coletas de dados, pelos conselhos, ensinamentos, amizade, paciência e gentileza com que me tratou em minhas viagens à Pelotas/RS e aos estabelecimentos representativos da olivicultura brasileira. Agradeço também a Embrapa Clima Temperado, enquanto entidade, pela contribuição com a presente pesquisa.

Agradeço a Alice Munz Fernandes, por tudo que representou para mim, por ser um exemplo de pessoa, pesquisadora e profissional, por nunca medir esforços para auxiliar e dar o seu melhor pelo próximo. Por todas as declarações sinceras, as quais tenho certeza que só foram proferidas por se importar e desejar o melhor para mim. Obrigado por todas as experiências vividas nos últimos dois anos, os eventos, as pesquisas, o inglês, os sorvetes, os almoços e todas as compras nada convencionais que sempre fazia.

Agradeço as demais integrantes do IPC (Introdução a Produção Científica), grupo informal de pesquisa, que contribuíram para meu aprendizado e crescimento durante esses dois anos. Assim, a Ana Paula Alf, Claussia Cunha e Caroline Saraiva agradeço cada conversa e cada ensinamento. Serei eternamente grato por tudo que vivi com vocês.

Agradeço as colegas Francisca Viviane e Larissa Welter por todas as experiências vividas. Aos colegas do CEPAN, a Turma 2017, em especial a Maria Antônia Ramos Pires, pela amizade e pelas conversas sempre produtivas e enriquecedoras. Agradeço a secretária do PPG Débora Azevedo por todo o auxílio prestado durante o curso, pelas conversas, simpatia e gentileza de sempre. Agradeço aos agentes da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem do Rio Grande do Sul, que sempre estiveram dispostos a contribuir com a pesquisa.

Agradeço a minha segunda família, Elisandra Oliveira, Gabriel Oliveira, Jader Guedes, Manuela de Oliveira, Mayara dos Santos, Sérgio de Jesus e Vânia Corrêa, por fazer meus dias mais felizes, e por amenizarem a saudade da minha terra. Vocês estarão sempre no meu coração.

Aos meus amigos que sempre torcem e comemoram comigo a cada pequena conquista. A minha amiga Dalva Agne, por toda a amizade e por estar sempre pronta para ajudar, ouvir e aconselhar, obrigado pelas orações e carinho de sempre. A Dienifer Pedrozo, por sempre me incentivar e torcer por mim. Ao meu amigo e irmão Jonas Freitas, pela amizade, por me apoiar desde o início do mestrado e estar sempre disposto a ouvir quando as coisas ficaram ruins. A Sabrina Andrade, por estar sempre disposta a ajudar, por cada conversa e conselho.

Agradeço ao professor Homero Dewes, por todos os ensinamentos e principalmente por me fazer entender que não existe “verdade” na ciência. Aos demais professores do CEPAN, por proporcionarem um ambiente agradável e fértil que contribuiu para minha formação. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido.

Agradeço aos demais amigos e familiares que, direta ou indiretamente, fizeram parte desta conquista.

*Talvez não tenha conseguido fazer o melhor,
mas lutei para que o melhor fosse feito. Não sou
o que deveria ser, mas Graças a Deus, não sou
o que era antes.*

Marthin Luther King

RESUMO

O Brasil é o segundo maior importador mundial de azeite de oliva e azeitonas, todavia, apresenta potencial para o cultivo de oliveiras, seja pelo mercado interno, que cresce a cada ano, ou pelas características agroclimáticas benéficas ao desenvolvimento da planta, principalmente na Região Sul. O Rio Grande do Sul é o Estado brasileiro que se destaca na produção da frutífera e do azeite, apresentando a maior produção e destaque internacional pela qualidade dos azeites produzidos. Apesar da produção de azeitonas e azeites estar aumentando, ainda não existe no meio acadêmico, estudos que apontem a estrutura econômica da cadeia produtiva. Tais informações podem contribuir para a tomada de decisão para ações estratégicas das empresas ou do Estado. Deste modo, a pesquisa realizada teve como objetivo analisar a eficiência econômica, competitividade e os efeitos de políticas na cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul, utilizando o método da Matriz de Análise de Políticas. Tal metodologia consiste em uma ferramenta contábil que mensura os gastos efetivos incorridos em todos os elos da cadeia produtiva, assim como suas receitas e lucros, a preços privados e sociais. Assim, podem-se verificar os custos de produção agroindustrial, os índices de eficiência e competitividade, discutidos sob a perspectiva teórica da competitividade sistêmica e da Nova Economia Institucional. Os resultados obtidos indicaram que a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem do Rio Grande do Sul é competitiva, apesar de apresentar seus lucros privados reduzidos por políticas distorcivas, que transferem significativa parcela dos lucros à sociedade. Verificou-se também que a cadeia apresenta eficiência no uso dos recursos domésticos e transfere recursos para a gestão dos governos por meio de tributos e falhas de mercado. Também se identificou que no terceiro elo, que compreende o processamento e o envasamento do azeite, contemplam os maiores custos da cadeia, e da mesma forma, apresentam lucros superiores aos demais elos.

Palavras-Chave: Matriz de Análise de Políticas. Eficiência Produtiva. Análises Econômicas. Posicionamento Competitivo.

ABSTRACT

The Brazil is the world's second largest importer of olive oil and olives, although, it has the potential to grow olive trees, either by the domestic market, which grows each year, or by the agroclimatic characteristics beneficial to the development of the plant, mainly in the Southern Region. The Rio Grande do Sul is the Brazilian State that stands out in the production of the fruit and the oil, presenting the highest production and international prominence for the quality of the oils produced. Although the production of olives and olive oil is increasing, there are still no studies in the academic world that point to the economic structure of the production chain. Such information can contribute to the decision making for strategic actions of the companies or the State. The objective of this research was to analyze the economic efficiency, competitiveness and policy effects in the extra virgin olive oil production chain in the Rio Grande do Sul State, using the Policy Analysis Matrix method. Such methodology consists of an accounting tool that measures the actual expenses incurred in all links of the productive chain, as well as their revenues and profits, at private and social prices. Thus, can verify the costs of agroindustrial production, the efficiency and competitiveness indices, discussed from the theoretical perspective of systemic competitiveness and the New Institutional Economy. The results indicate that the production chain of the extra virgin olive oil of Rio Grande do Sul is competitive, although its private profits are reduced by distortive policies, which transfer a significant share of profits to society. It was also verified that the chain presents efficiency in the use of domestic resources and transfers resources to the management of the governments through taxes and market failures. It was also identified that in the third link, which comprises the processing and bottling of the olive oil, they contemplate the higher costs of the chain, and in the same way, they present profits superior to the other links.

Keywords: Policy Analysis Matrix. Productive Efficiency. Economic Analysis. Competitive Positioning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização geográfica benéfica a produção de oliveiras.....	20
Figura 2 – Distribuição temporal das publicações sobre competitividade no agronegócio	22
Figura 3 – Distribuição temporal das publicações sobre azeite de oliva.....	23
Figura 4 – Distribuição temporal das publicações sobre Matriz de Análise de Políticas.....	24
Figura 5 – Esquema analítico sob a perspectiva da NEI	31
Figura 6 – Síntese teórica	40
Figura 7 – Evolução do consumo mundial de azeite	44
Figura 8 – Zoneamento agroclimático para produção de oliveiras no Rio Grande do Sul.....	46
Figura 9 – Evolução temporal da área plantada no RS.....	47
Figura 10 – Estrutura de custos e receitas coletados em cada elo da cadeia	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais municípios do RS em área plantada de oliveiras	48
Quadro 2 – Estrutura da Matriz de Análise de Políticas (MAP)	50
Quadro 3 – Resumo dos indicadores de competitividade, proteção, vantagem comparativa e subsídio.....	54

LISTA DE TABELAS

Nenhuma entrada de índice de ilustrações foi encontrada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1° EloP	Primeiro elo a preços privados
1° EloS	Primeiro elo a preços sociais
2° EloP	Segundo elo a preços privados
2° EloS	Segundo elo a preços sociais
3° EloP	Terceiro elo a preços privados
3° EloS	Terceiro elo a preços sociais
4° EloP	Quarto elo a preços privados
4° EloS	Quarto elo a preços sociais
ARGOS	Associação Rio-Grandense de Olivicultores
ASSOLIVE	Associação dos Olivicultores dos Contrafortes da Mantiqueira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CL	Coeficiente de Lucratividade
CPE	Coeficiente de Proteção Efetiva
CPN	Coeficiente de Proteção Nominal
CRD	Custo dos Recursos Domésticos
ECT	Economia dos Custos de Transação
EMATER-PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica
EMATER-RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – Santa Catarina
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FC	Fator de Conversão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBRAOLIVA	Instituto Brasileiro da Olivicultura
IOC	<i>International Olive Council</i>
IPC	Introdução à Produção Científica
MAP	Matriz de Análise de Políticas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Mercosul	Mercado Comum do Sul
NAFTA	<i>North American Free Trade Agreement</i>
NEI	Nova Economia Institucional

OLISUL	Associação dos Olivicultores do Sul do Brasil
OLIVA	Associação Brasileira de Produtores, Importadores e Comerciantes de Azeite de Oliva
PAM	<i>Policy Analysis Matrix</i>
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PR	Paraná
PRÓ-OLIVA	Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura
RCP	Razão do Custo Privado
RS	Rio Grande do Sul
RSP	Razão de Subsídio ao Produtor
SEAPI	Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR-RS	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
TAB-4	Tabela com Indicadores Privados e Sociais da MAP

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	17
1.2	OBJETIVOS	19
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	19
1.3	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	19
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	25
2	REVISÃO DA LITERATURA	27
2.1	COMPETITIVIDADE SISTÊMICA	27
2.2	NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	29
2.3	MATRIZ DE ANÁLISE DE POLÍTICAS	33
2.4	SINTESE TEÓRICA	38
2.5	PANORAMA DA OLIVICULTURA	41
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1	COMPOSIÇÃO DA MAP	50
3.2	COLETA DE DADOS	55
3.3	CONSTRUÇÃO DA MAP DO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM	56
3.3.1	Elo 1: Privado e Social	58
3.3.2	Elo 2: Privado e Social	59
3.3.3	Elo 3: Privado e Social	60
3.3.4	Elo 4: Privado e Social	60
3.4	ANÁLISE DOS DADOS	61
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
4.1	CUSTOS DE PRODUÇÃO DE AZEITONAS E AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM	63
4.2	MAP DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM	64
4.3	DECOMPOSIÇÃO DOS INDICADORES MAP DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM NO RS	64
4.3.1	Indicadores de competitividade	64

4.3.2 Indicadores de proteção	64
4.3.3 Indicador de vantagem comparativa	64
4.3.4 Indicador de subsídio aos produtores	64
4.4 ANÁLISE INTEGRATIVA E PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
5.1 CONCLUSÕES	65
5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS	65
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Essa seção tem como objetivo apresentar a contextualização do tema e a definição do problema de pesquisa, bem como expor os objetivos da investigação realizada. Além disso, neste tópico elucida-se a justificativa e relevância da temática abordada e do objeto de estudo empírico. Por fim, descreve-se a estrutura que compõe esta dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

De uma forma sistêmica, a competitividade das empresas justifica-se pelo seu desempenho em conjunto com as demais integrantes nas etapas de fornecimento de determinado produto ou serviço ao consumidor final (GASPARETTO, 2003). Para Casarotto Filho, Minuzzi e Santos (2006), a competitividade deixou de ser analisada sob uma visão microeconômica, passando a enfatizar, portanto, aspectos culturais e regionais a partir de uma relação entre a micro e a macroeconomia, por tais aspectos tornarem-se autodependentes (PORTER, 1990).

No entanto, a competitividade está diretamente relacionada ao desempenho e pode ser verificada em termos de eficiência (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1996). Para Batalha e Silva (2007), a competitividade de determinado setor é estabelecida pela soma da competitividade dos componentes que estão envolvidos. No caso do agronegócio, o autor salienta que na cadeia de produção agroindustrial, a competitividade é sistêmica e, portanto, não pode ser interpretada como a soma individual dos agentes.

Os aspectos concernentes à competitividade têm sido aplicados aos mais diferentes produtos e ramos do agronegócio. Assim, no ambiente agrícola, a olivicultura consiste em uma atividade que ganhou destaque nos últimos anos, e apresenta um crescimento tanto em consumo como em produção de azeitonas e azeites (IOC, 2017; SAUERESSIG, 2018). Já o azeite de oliva é o produto obtido a partir do processamento do fruto da oliveira (*olea europaea L*), por meios mecânicos ou outros meios (IOC, 2017). Destaca-se que a oliveira é uma das espécies frutíferas mais antigas utilizadas pelo homem, haja vista que se acredita que os cultivos tenham surgido juntamente com o desenvolvimento das civilizações no Mediterrâneo (TERAMOTO; BERTONCINI; PRELA-PANTANO, 2010).

Embora seja uma cultura extremamente antiga, a produção mundial de azeitonas apresentou crescimento nas últimas décadas. Segundo dados do *International Oil Council* (IOC), houve um aumento de produção em torno de 200% nos últimos 28 anos. Essa maximização deve-se ao crescimento do consumo mundial, que correspondeu a 160% nos últimos 20 anos. Conquanto, no que se refere ao azeite de oliva, a produção mundial em 2018

ultrapassou 3,3 milhões de toneladas, cujo consumo superou 3 milhões de toneladas (IOC, 2019).

No Hemisfério Sul, a localização geográfica permite a produção deste cultivo, uma vez que as condições são análogas aos países com maiores índices de produtividade, como os países europeus. Desta forma, países do Mercosul têm desenvolvido ações e movimentado o mercado oleícola (URUGUAI XXI, 2013; SEBRAE, 2017). Localizado em regiões compatíveis com a produção de oliveiras, o Brasil integra o grupo de nações que iniciaram suas atividades de produção de azeitonas e azeites e possui condições de se tornar um importante produtor a médio e longo prazo (COUTINHO; JORGE, 2013).

Entre 2004 e 2006 por iniciativa de um grupo de produtores, iniciou-se a implementação de pomares em algumas cidades gaúchas. Em 2017, o Estado contava com aproximadamente 3.000 hectares de pomares, distribuídos em 109 produtores rurais, 8 agroindústrias extratoras e 17 marcas de azeite de oliva, segundo a câmara setorial da olivicultura (SAUERESSIG, 2018). Deste modo, considerando o potencial inovador de tal cultivo, a cadeia produtiva do azeite de oliva no Rio Grande do Sul ainda está em formação. Destarte, existem ainda distintos desafios que fomentam a necessidade de estudos que objetivem compreender o setor, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação do mesmo.

Diante desse mercado promissor no agronegócio, destaca-se que a Matriz de Análise de Políticas (MAP) do inglês *Policy Analysis Matrix* (PAM) é uma das principais ferramentas para a análise de competitividade em cadeias produtivas agrícolas. Esta foi elaborada em 1981 por pesquisadores da *University of Arizona* e *University of Stanford* que visavam entender as modificações nas políticas agrícolas que ocorreram em Portugal. Depois de alguns anos, este trabalho deu origem a publicação do livro *The Policy Analysis Matrix for Agricultural Development*, em 1989 (MONKE; PEARSON, 1989).

Por meio da MAP pode-se identificar se a atividade está sendo incentivada ou desincentivada pelo Estado, possibilitando verificar o impacto das políticas diretas na produção de determinado produto. Além disso, a ferramenta permite conhecer os impactos que a atividade ocasiona à sociedade, bem como verificar os efeitos que as interferências do Estado e as distorções do mercado causam na lucratividade privada (MONKE; PEARSON, 1989).

Diante ao exposto, a pesquisa desenvolvida buscou abordar como tema o desempenho competitivo de cadeia produtiva, adotando como objeto de estudo a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul. O azeite extravirgem, ou virgem extra como é chamado, conforme a Associação dos Olivicultores do Sul do Brasil (OLISUL) caracteriza-se pela acidez excelente, expressa em ácido oléico, não superior a 1% e incidência

de nenhum refino químico. Logo, trata-se do azeite dotado de maior pureza e rico em nutrientes, sendo o mais saudável de todos os óleos vegetais convencionais (OLISUL, 2019). Deste modo, o problema de investigação consistiu na seguinte interrogativa: a cadeia produtiva de azeite de oliva extravirgem no Rio Grande do Sul apresenta competitividade e eficiência econômica à luz da Matriz de Análise de Políticas (MAP)?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos que conduziram a pesquisa estão divididos conforme a sua abrangência. Desta forma, definiu-se o objetivo geral e seus respectivos objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a competitividade e a eficiência econômica da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul à luz da Matriz de Análise de Política (MAP).

1.2.2 Objetivos Específicos

Para se atingir o objetivo geral, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

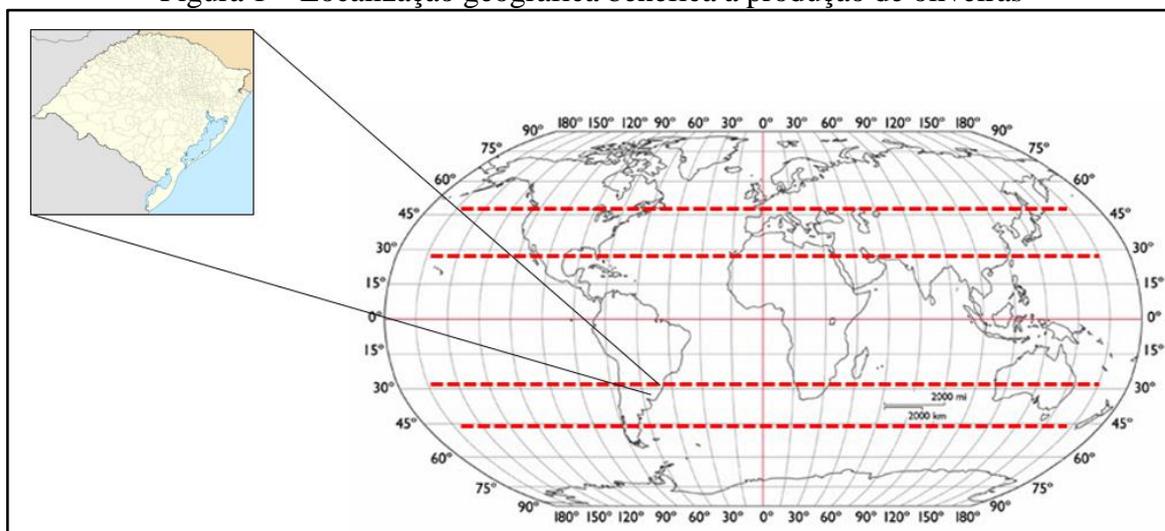
- a) identificar os custos de produção de azeitona e do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul;
- b) analisar a lucratividade privada e social da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul;
- c) analisar a eficiência na alocação de recursos produtivos na cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul;
- d) verificar os indicadores de proteção nominal e efetiva, competitividade, vantagem comparativa e subsídios, na cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul.

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

O Brasil é um país com grande potencial para o cultivo de oliveiras. Um dos fatores que corrobora para o desempenho é o crescimento do mercado interno, pois o consumo do azeite de oliva no Brasil aumentou 143,33% em sete anos, chegando a 365 g per capita em 2013. Neste mesmo ano, o Brasil já importava 73 mil toneladas de azeite (IOC, 2017).

Outro aspecto relevante refere-se às condições fitogeográficas do país para o cultivo de pomares de oliveiras, justificado pelo clima favorável ao desenvolvimento da espécie, principalmente na Região Sul. Segundo zoneamento edafoclimático realizado, apenas 27,9 % do território agricultável do Estado do Rio Grande do Sul não é recomendável para o cultivo da frutífera (ALBA et al., 2014). O autor enfatiza que a latitude recomendada para o cultivo da oliveira é entre os paralelos 30° e 45°, tanto no Hemisfério Norte quanto no Sul. Com vistas a esse aspecto, a Figura 1 apresenta a região geográfica onde a cadeia produtiva, objeto de investigação deste estudo, se localiza.

Figura 1 – Localização geográfica benéfica a produção de oliveiras



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Verifica-se que o Rio Grande do Sul está localizado entre os paralelos 30° e 45°. Além da localização geográfica adequada, a planta também exige uma temperatura específica para o seu pleno desenvolvimento. Para Coutinho et al. (2009) a temperatura ideal oscila entre 25°C e 35°C, no entanto, a capacidade adaptativa da planta é capaz de suportar temperaturas de até 40°C, bem como, temperaturas inferiores a 0°. Deste modo, o Estado do Rio Grande do Sul fornece subsídios para a produção de oliveiras.

Observa-se que o Rio Grande do Sul está em condições análogas aos maiores produtores mundiais de azeite de oliva, tais como, Espanha, Portugal, Itália, Grécia, Turquia, Tunísia e Marrocos, que representam juntos em torno de 90% da produção mundial (IOC, 2017). Assim, apesar de possuir características similares, como localização geográfica, clima e outros fatores edafoclimáticos, a cadeia produtiva do azeite de oliva no Estado não tem se desenvolvido da mesma forma comparada aos países do Hemisfério Norte.

Mesmo com condições geográficas semelhantes aos maiores produtores mundiais, surge a indagação se a cadeia produtiva em questão, no âmbito nacional, é realmente competitiva, se

carece ou não de estímulos por parte de políticas públicas e se apresenta retorno positivo à sociedade. É fato que o governo brasileiro tem buscado impulsionar o desenvolvimento da olivicultura no país, seja pela implementação de unidades experimentais por parte das instituições de pesquisas (BERTONCINI; TERAMOTO; PRELA-PANTANO, 2010), pela criação de instituições como a Câmara Setorial da Olivicultura (RIO GRANDE DO SUL, 2012), ou ainda, pela criação de programas como o Pró-Oliva, que objetiva fomentar a produção (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

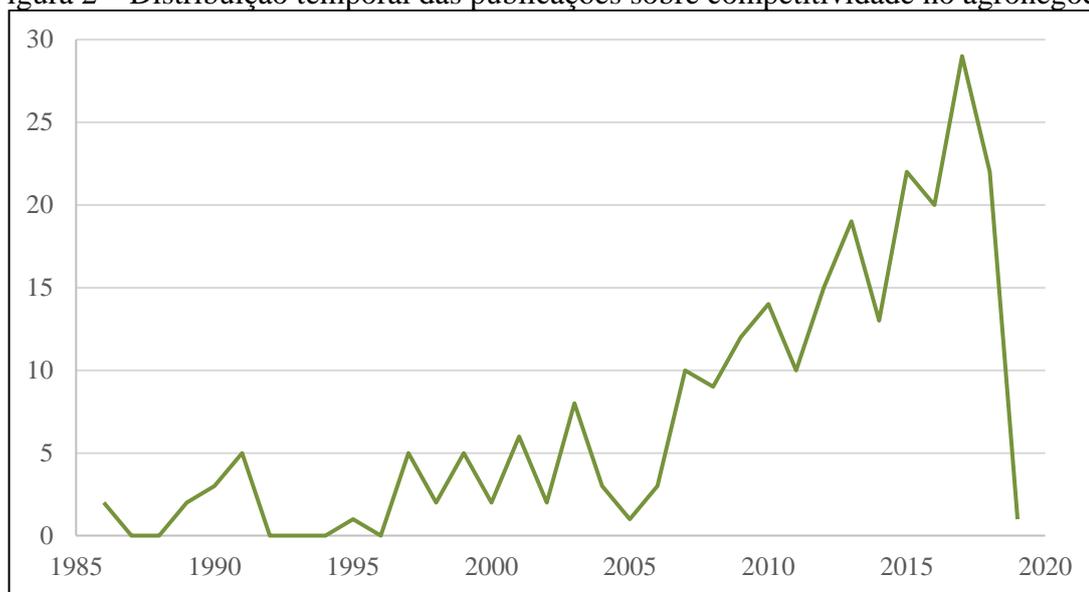
O Brasil buscou conhecimento técnico e prático no Uruguai, país com setor em desenvolvimento, a ação ocorreu em 2017 e envolveu 14 lideranças representantes de entidades do setor do agronegócio gaúcho. O programa Juntos para Competir reúne entidades como a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio Grande do Sul (SENAR-RS), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RS), a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS). O programa consiste em missões técnicas para o Uruguai a fim de compreender o sistema produtivo do país vizinho, assim como, buscar conhecimento técnico para o desenvolvimento de projetos no Rio Grande do Sul (SEBRAE, 2017).

Diante da emergência de uma cultura não tradicional no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, este estudo visa analisar o desempenho competitivo desta cadeia produtiva que está em formação, utilizando a MAP, método proposto por Monke e Pearson em 1989. Com vistas a identificar a pertinência de estudar a competitividade no ambiente agronegocial, o objeto de estudo, bem como o método utilizado, buscou-se analisar as publicações científicas que abordam os três construtos. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliométrica na base de dados *Scopus*, que se configura como a maior fonte de resumos e citações literárias, na qual estão incluídos revistas científicas, livros e anais de conferências (ELSEVIER, 2018).

Como filtro de busca utilizaram-se, inicialmente, os termos “*competitiveness*” e “*agribusiness*”, separados pelo indicador booleano “*and*”, em seguida a sequência de termos “*olive oil*” e, por fim, “*Policy Analysis Matrix*”. Destaca-se que a pesquisa considerou a ocorrência dos termos no título resumo e palavras-chave, em rodadas de buscas individuais. Quanto ao tipo de documento não houve limitações na pesquisa, nem tão pouco ao período de publicações, considerando todos os anos até a data de 24 de janeiro de 2019. Salienta-se que tais buscas foram realizadas inicialmente em 2017 a fim de justificar a relevância de tais constructos na elaboração do projeto de dissertação, entretanto, para representar a situação atual, os períodos foram atualizados.

No que se refere ao construto **competitividade abordada no agronegócio** foram encontrados 246 documentos que atendiam aos critérios propostos, denotando a relevância deste no meio científico. Quanto à distribuição temporal das publicações, identificou-se que tal temática apresenta uma evolução histórica conforme evidenciado na Figura 2.

Figura 2 – Distribuição temporal das publicações sobre competitividade no agronegócio



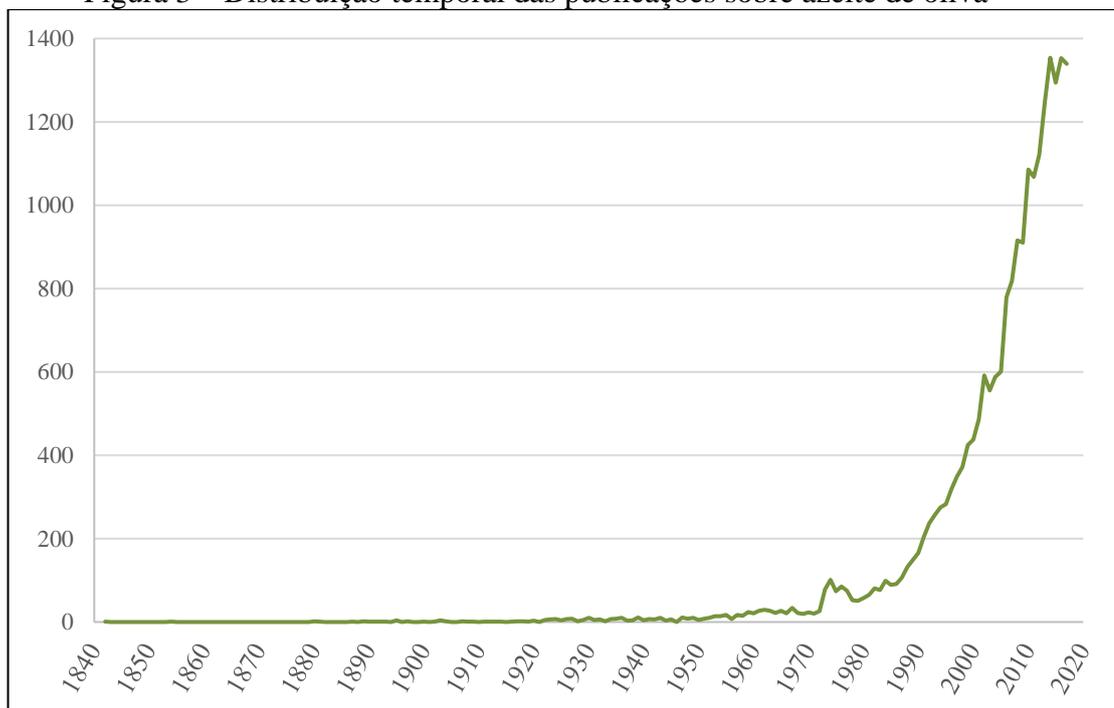
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ante ao exposto, infere-se que tal temática desperta o interesse dos pesquisadores desde o ano de 1986, porém a partir de 2007, as publicações se intensificaram, sendo este período responsável por 79,2% do total do portfólio analisado, constituindo uma média de aproximadamente 16 publicações por ano. Tal fato demonstra o interesse científico na temática estudada.

Já no que se refere ao construto **azeite de oliva**, os resultados da busca corresponderam a 23.134 documentos, cuja representatividade em publicações expressa a relevância de tal tema no meio científico, justificando a abordagem do objeto. Assim, no que concerne à distribuição temporal das publicações, observa-se que o tema tem maximizado o interesse dos pesquisadores ao longo dos anos, totalizando 1.419 publicações em 2018.

Além disso, evidencia-se também que se trata de um tema que está em pauta desde 1841, onde há relatos do uso de azeite de oliva no tratamento da febre amarela (WALKER, 1841). Embora o azeite de oliva seja abordado em pesquisas há séculos, na década de 1990 as investigações acadêmicas se intensificaram, de modo que o período entre 2005 e 2018 foi responsável por 66,1 % do portfólio analisado. A Figura 3 mostra a distribuição temporal das publicações que abordam a temática do azeite de oliva.

Figura 3 – Distribuição temporal das publicações sobre azeite de oliva



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Dos trabalhos que compõem o portfólio, 17,9% pertencem a área da medicina, 17,1% agricultura e ciências biológicas, principalmente com estudos relacionados às questões agrônômicas e patológicas da planta. À bioquímica/genética compreenderam 14,3 % das publicações enquanto química responde por 12,7 %. As áreas de gestão, economia e ciências sociais não obtiveram destaque quanto ao número de publicações, somando apenas 314 estudos. No entanto, observa-se na Figura 3 que 75,5 % destes estudos foram publicados nos últimos 10 anos, evidenciando que, embora a quantidade de investigações na área não seja representativa, esta realidade está mudando.

Considerando o elevado número de documentos que abordam o azeite de oliva no meio científico, ressalta-se a importância de contribuir com pesquisas que contemplem as mais diferentes áreas de conhecimento. Desta forma, há uma lacuna de estudos que objetivem compreender as questões econômicas e gerenciais dos processos inerentes ao fluxo do produto, que ocorrem desde a produção dos insumos até a sua obtenção pelo consumidor final.

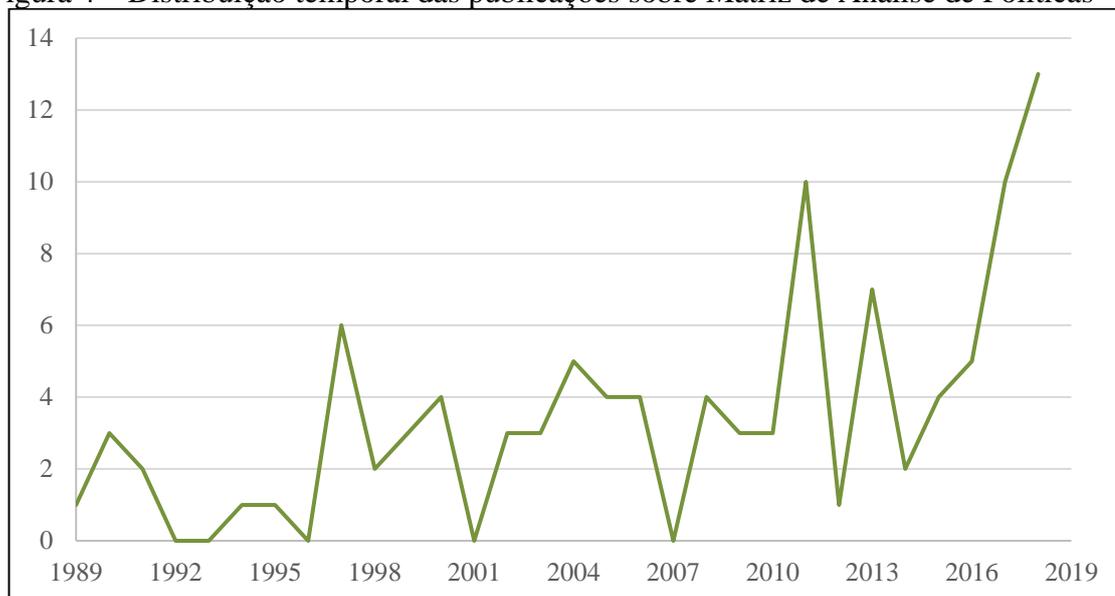
A Matriz de Análise de Políticas, desenvolvida pelos professores americanos Monke e Pearson da *Cornell University*, vem sendo utilizada na análise da competitividade em cadeias produtivas agroindustriais (MONKE; PEARSON, 1989). Dentre os estudos que utilizaram a MAP estão os que definiram a inserção de Portugal no bloco econômico europeu, assim como,

os realizados no México antes do seu ingresso na *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) (LOPES et al., 2012).

No que se refere a **Matriz de Análise de Políticas** (MAP), método utilizado na presente dissertação, os resultados das buscas no meio científico mostram que os estudos também apresentam um crescimento cronológico, denotando a relevância de tal metodologia, principalmente nos últimos anos.

As publicações que atendiam aos critérios de busca somaram 104 documentos. A primeira publicação foi a de Monke e Pearson em 1989, quando os autores apresentam o método, de modo que, posteriormente, outros autores aplicaram o modelo em diferentes culturas em distintos países. Além de evidenciar que tal método tem despertado a atenção dos cientistas, identifica-se que 59,6% do portfólio foram publicados na última década, o que demonstra sua adoção e difusão no campo científico. A Figura 4 apresenta a distribuição temporal das publicações que abordam a MAP na base de dados *Scopus*.

Figura 4 – Distribuição temporal das publicações sobre Matriz de Análise de Políticas



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Além do interesse científico, o consumo do de azeite de oliva também apresenta crescimento acentuado. O referido mercado está em expansão nos últimos anos, os benefícios que o produto apresenta, tais como, alto valor dietético e nutricional (TSAGARAKI et al., 2007), redução dos riscos de doenças cardíacas, inflamatórias (BEAUCHAMP et al., 2005; JUSTINO et al., 2012) e alguns tipos de câncer (JUSTINO et al., 2012; LEGENDRE; BRESLIN; FOSTER, 2015) contribuem para essa situação.

Além disso, o aumento do poder aquisitivo em determinados países (BERTONCINI; TERAMOTO; PRELA-PANTANO, 2010) fez com que o consumo do produto fosse maximizado globalmente. Segundo dados do *International Oil Council* (IOC, 2019), o consumo mundial do produto em 2017/2018 foi de mais de 3 milhões de toneladas, representando um aumento de 5% comparado ao ano anterior.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta introdução, a dissertação está dividida em outras quatro seções. A revisão da literatura, que compreende os aspectos teóricos e conceituais relacionados à competitividade em âmbito sistêmico e sob a abordagem da Nova Economia Institucional. Aborda-se ainda, neste tópico, a origem, composição, e utilização da Matriz de Análise de Políticas. Descreve-se também o panorama da olivicultura em âmbito global e as características da cadeia produtiva a nível estadual.

A terceira seção detalha os procedimentos metodológicos utilizados no presente estudo, descrevendo como se deu a coleta e análise dos dados, bem como os indicadores que compõem a matriz. Por sua vez, a quarta seção apresenta os resultados obtidos, discutindo-os com a literatura pertinente e comparando-os com outras investigações empíricas realizadas. Por fim, a última seção expõe as considerações finais, destacando as contribuições do estudo, apontando suas limitações e propondo sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta aspectos teóricos e conceituais sobre competitividade, tanto em âmbito sistêmico, quanto sob a égide da Nova Economia Institucional (NEI). Explana-se também acerca da origem, composição e utilização da Matriz de Análise de Políticas. Em seguida, descreve-se a síntese analítica das abordagens teóricas empregadas, denotando o encadeamento lógico entre os construtos abordados. Posteriormente, apresenta-se o referencial aplicado, contendo o panorama da olivicultura mundial e suas distintas interfaces.

2.1 COMPETITIVIDADE SISTÊMICA

Apesar de tratar-se de um tema que norteia discussões em distintas áreas do conhecimento, inclusive para definição de políticas públicas (FARINA, 1999), pautado pela relação com inúmeras variáveis em diferentes contextos, ainda não há um consenso quanto à definição de competitividade (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1997), sobretudo quanto a abordagem de pesquisa (NOVAIS; RUHANEN; ARCODIA, 2018). Na literatura, este conceito possui igualmente diferentes significados e aceitações (PAGANO, 2001).

Assim, aspectos concernentes a capacidade de atender com produtos de qualidade em mercados específicos (HAGUENAUER, 1989), desenvolvimento de estratégias individuais (KUPFER, 1996), habilidades para exercer a concorrência (MÜLLER, 1994), capacidade de manter uma posição sustentável no mercado (COUTINHO; FERRAZ, 2002) e de conquistar novos mercados (JANK; NASSAR, 2000) integram genéricos entendimentos acerca da competitividade.

Contudo, a competitividade perpassa os limites das empresas, ocorrendo, portanto, não mais a nível isolado, mas sim, entre sistemas (MATTUELA; FENSTERSIFER; LANZER, 1995; BATALHA; LAGO DA SILVA, 1999). De acordo com Bertalanffy (1975), proponente da Teoria Geral dos Sistemas, sistema consiste em um conjunto de agentes que interagem entre si promovendo um resultado superior do que aquele advindo da ação isolada de cada um deles, ou seja, o todo é maior do que a soma das partes. Tal teoria, fundamentada na interdisciplinaridade e sinergia das ciências, propõem uma visão integrativa e totalitária, de inter-relação e interdependência entre os agentes.

Em uma abordagem contemporânea, Vieira (1998) corrobora que um sistema é envolto em outro, o que constitui uma espécie de único grande sistema total. Assim, sua análise requer uma visão holística (ACKOFF, 1993) e não estagnada (OGATA, 2004), haja vista que sua dinâmica é influenciada ao longo do tempo (SENGE, 2003). Para Batalha e Silva (2007), em

um contexto mesoanalítico, um sistema é caracterizado por estar inserido em um ecossistema, bem como, por exercer uma atividade determinada, evoluir com o tempo e possuir estrutura e objetivos definidos.

Diante disso, a noção de competitividade sistêmica é pautada nos níveis econômicos meta, macro, meso e micro, sendo oriunda da interação entre os fatores que os compõem (GARCÍA; SÁNCHEZ; ANAYA, 2015), sejam estes institucionais, sociais, tecnológicos, entre outros (PEROSA; BAIARDI, 1999). Ademais, a complexidade das condições de competitividade vigentes na economia, impossibilitam a adoção de um único fator ou elemento que expresse ou explique a competitividade de determinado setor, sistema ou país (ESSER et al., 1994; ARAÚJO JR., 1996). Logo, fornecedores e distribuidores competitivos configuram-se como um dos elementos-chave das vantagens competitivas, evidenciando-se a ideia de desempenho coletivo (PORTER, 1990).

No âmbito dos agronegócios, Batalha e Silva (2007) corroboram que existe um espaço de análise diferenciado, a cadeia produtiva, que, por tratar-se de um sistema aberto, não pode ser estudada como a soma da competitividade dos agentes que a compõem. Enfatizam ainda os possíveis ganhos de mercado obtidos através da articulação e governança eficiente de tal estrutura.

Por conseguinte, o estudo não aborda a competitividade sob suas vertentes tradicionais (competitividade como desempenho ou revelada e competitividade como eficiência ou potencial) (FERRAZ; KUPFER; HAGUENAUER, 1997), que a definem de forma estática (COUTINHO; FERRAZ, 2002). Assim, competitividade é definida como o conjunto de estratégias, capacidades, competências e habilidades de uma cadeia produtiva para adquirir e manter mercado, considerando a interdependência entre os elos que a compõem e sua interação com o meio no qual está inserida (COUTINHO; FERRAZ, 2002).

A partir dessa abordagem, tem-se a influência direta ou indireta de fatores econômicos, institucionais, sociais, culturais, de infraestrutura, ambientais e políticos na competitividade. Ante ao exposto, sob a perspectiva da Nova Economia Institucional (NEI), destaca-se a interferência do ambiente institucional e das estruturas híbridas de governança na competitividade sistêmica (COUTINHO; FERRAZ, 2002). Nesse sentido, tem-se a cadeia produtiva, enquanto estrutura híbrida de governança, cujo objetivo consiste na integração das cadeias de valor das organizações, redesenho dos processos de negócios, assim como gerenciamento de novas tecnologias (ZACCARELLI, 1995).

2.2 NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

O crescente interesse pelo estudo das instituições e seus reflexos na organização e desempenho das atividades agrícolas historicamente tem transformado a forma como se entende atividade econômica de um modo genérico (AZEVEDO, 2000). No entanto, o marco analítico para explicar como as instituições e suas mudanças afetam a economia (AREND; CÁRIO, 2005) foi proposta por Coase, na década de 30, que objetivava demonstrar de que forma o crescimento ou evolução de longo prazo de determinada sociedade é condicionada por meio da formação e, conseqüentemente, evolução de suas instituições (NORTH, 1990).

Segundo North (1990), as instituições existem no intuito de minimizar as incertezas advindas da interação humana. Essas incertezas configuram-se como a essência dos mercados, haja vista a racionalidade limitada dos agentes, seu comportamento oportunístico, bem como sua complexidade intrínseca, cuja ocorrência gera custos na economia (COASE, 1937). Conquanto, North (1990) aponta que estes custos somente são minimizados por meio das instituições, consideradas, portanto, as “regras do jogo”.

Os esforços de pesquisa de North somados aos de outros ensaístas como Williamson, Coase, Demsetz e Alchion, por exemplo, originaram a abordagem de pesquisa que se chamou convencionalmente de Nova Economia Institucional (NEI) (RUTHERFORD, 1994), haja vista suas divergências conceituais e metodológicas com o Institucionalismo vigente ou Velho Institucionalismo (BUENO, 2004). Assim, a proposição básica da NEI pode ser entendida como sendo que as instituições sociais e econômicas se constituem para resolver o problema da cooperação entre indivíduos, com diferentes níveis de eficiência em distintas sociedades. Logo, a estrutura de incentivos dos indivíduos que interagem na sociedade é formada pelas instituições políticas e econômicas, que por sua vez, determinam o desempenho econômico a longo prazo (NORTH, 1993a).

Além disso, aponta que a matriz institucional de uma sociedade é definida por regras e normas (formais e informais), acrescidas as instituições que asseguram a aplicação de tais regras (BUENO, 2004). Ademais, tem-se o conceito de sistema político ideal, compreendido como sendo aquele capaz de produzir uma estrutura eficiente de propriedade para maximizar o resultado econômico de uma sociedade, compreendendo as regulamentações, leis e contratos, por exemplo (NORTH, 1990).

Nesse sentido, tem-se que as regras informais estão arraigadas nos modelos mentais das sociedades, o que explica as discrepâncias entre estas, abrangendo os costumes, crenças e tradições (sociais, culturais, religiosas, etc) (NORTH, 1990). Ante ao exposto, torna-se possível

compreender a dificuldade de promover ajustes nas referidas regras a fim de torná-las mais compatíveis com o desenvolvimento econômico (NORTH, 1996).

Sob a ótica da existência de incerteza nas interações humanas, Coase (1937) propõem que a firma não é somente um mecanismo de transformações tecnológicas, mas trata-se também do agente responsável pela coordenação das ações de outros agentes econômicos. Logo, o mercado, igualmente não se limita ao agente formador de preço, disputando com a firma a função de coordenar as atividades econômicas.

Nesse panorama, Coase (1937) destaca que esse esforço da firma para tentar coordenar tais atividades, acarreta custos de coleta de informações, bem como de definição e elaboração de um contrato concernente às transações. Assim, acrescidos aos custos de produção, os custos de transação estabelecem o modo como os recursos são alocados na economia, sendo que “as instituições, aliadas à tecnologia empregada, afetam os custos de transação e transformação (produção)” (NORTH, 1993b, p. 13).

O ambiente econômico e social dos agentes é permeado por incerteza. A principal consequência dessa incerteza são os custos de transação. Estes podem ser divididos em problemas de *measurement* e *enforcement*. Para reduzirem os custos de transação e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem instituições. Estas são um contínuo de regras com dois extremos: formais e informais. O conjunto dessas regras pode ser encontrado na matriz institucional das sociedades. A dinâmica dessa matriz será sempre *path dependent*. A partir dessa matriz, definem-se os estímulos para o surgimento de organizações que podem ser econômicas, sociais e políticas. Estas interagem entre si, com os recursos econômicos – que junto com a tecnologia empregada definem os *transformation cost* tradicionais da teoria econômica – e com a própria matriz institucional – que definem os *transaction costs* – e são, portanto, responsáveis pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo (GALA, 2003, p. 103).

Destarte, tem-se que o desempenho da firma resulta do conjunto de decisões e escolhas realizadas pelos agentes a partir da interação com o ambiente institucional, em constante processo de transformação ao longo do tempo (FARIAS, 2016). Portanto, a NEI considera o papel das instituições em dois níveis analíticos diferentes, quais sejam: “ambiente institucional e estruturas de governança contemplando, respectivamente, macro instituições – aquelas que estabelecem as bases para a interações entre seres humanos e micro instituições – aquelas que regulam uma transação específica” (AZEVEDO, 2000, p. 35). Destaca-se que os trabalhos de North integram o primeiro nível, ao passo que os estudos de Williamson pertencem ao segundo nível, sendo que ambos compartilham em sua essência, a base comum dos *insights* de Coase (SIMAN, 2009).

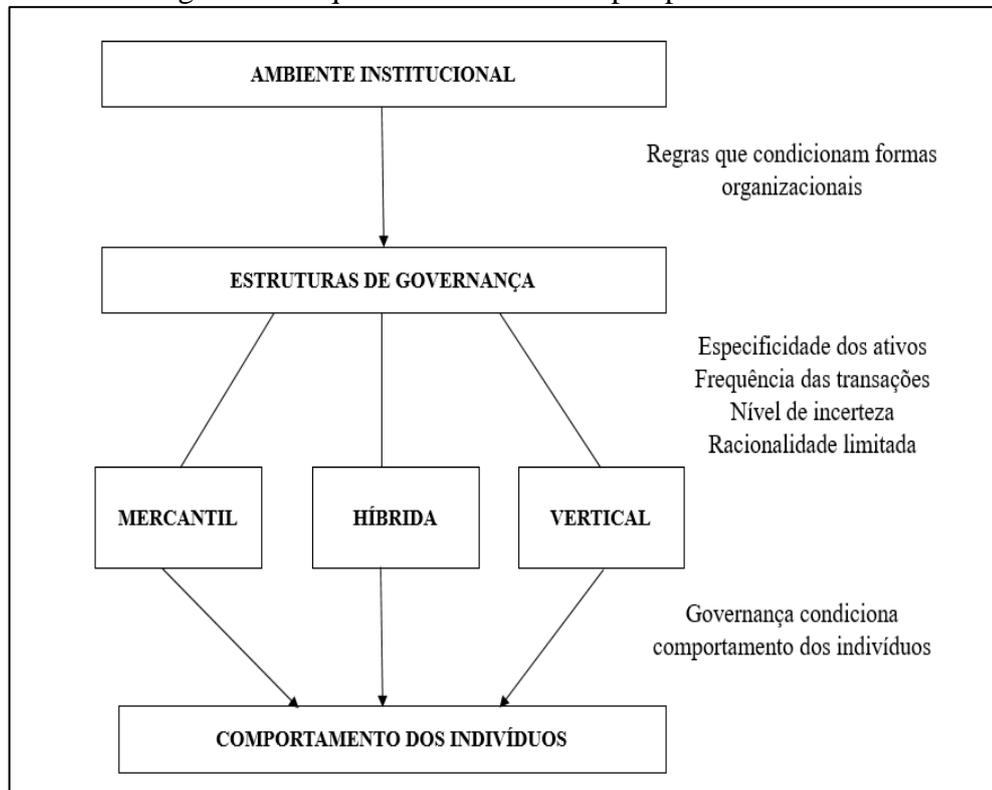
Por sua vez, a Economia dos Custos de Transação (ECT) proposta por Williamson (1996) definida por meio do princípio de alinhamento discriminante, indica que a decisão por determinada estrutura de governança é fundamentada na seleção do arranjo que acarrete menor

custo para o gerenciamento das transações. Assim, as estruturas de governança são determinadas basicamente a partir de três aspectos: grau de especificidade dos ativos, frequência com que as transações ocorrem e incerteza.

Isto posto, tem-se que a especificidade dos ativos remete ao comportamento oportunista dos agentes através das próprias incertezas decorrentes do ambiente externo (PAEZ, 2001). Conquanto, as estruturas de governança intentam diminuir a racionalidade limitada dos indivíduos, bem como o nível de incerteza inerente ao ambiente e evitar o comportamento oportunístico dos agentes, a fim de acarretar vantagens mútuas (FAGUNDES, 1997).

Desta forma, a governança mercantil ocorre quando os ativos são pouco ou nada específicos, cujas transações ocorrem de modo recorrente, também conhecida como mercado *spot*. A estrutura de governança considerada hierárquica ou vertical concerne à ativos demasiadamente específicos e com frequência de transição baixa. Por fim, as estruturas híbridas de governança são empregadas quando há ativos mistos (específicos e não específicos), cujos vínculos contratuais são dotados de maior proximidade (WILLIAMSON, 1985). A Figura 5 sintetiza o surgimento das estruturas híbridas de governança a partir da perspectiva da NEI.

Figura 5 – Esquema analítico sob a perspectiva da NEI



Fonte: Adaptado de Williamson (1985) e Farina, Azevedo e Saes (1997).

As estruturas híbridas de governança caracterizam-se como arranjos produtivos que contemplam a coordenação entre as transações das organizações envolvidas na atividade

econômica, que organizadamente, cooperam entre si, mantendo o direito de propriedade distinto (WILLIAMSON, 1994; MÉNARD, 2005). Dentre as formas de estruturas híbridas, destaca-se a cadeia produtiva ou *filière*, que corresponde a uma abordagem que analisa a sucessão de operações dissociáveis relacionadas por meio de encadeamento técnico ou das transformações mediante um fluxo constante de troca de montante a jusante (MORVAN, 1991; BATALHA; SILVA, 2007).

Refere-se, assim, ao relacionamento entre os agentes envolvidos desde a produção até o consumo (LABONNE, 1985), configurando-se como um conjunto de elementos interativos (CASTRO; COBBE; GOEDERT, 1995), analisado sob um enfoque sistêmico (MORVAN, 1991). O autor Louis Malassis do *Institut Agronomique Méditerrané de Montpellier* foi um dos pioneiros em empregar este termo de modo concernente ao agronegócio, enfatizando a relevância agroindustrial para o desenvolvimento capitalista (GRAZIANO DA SILVA, 1998).

Desta forma, sua interpelação preliminar considerava a existência de três subsistemas, quais sejam: de produção, de transferência e de consumo. O primeiro correspondia à aspectos relacionados aos insumos e à própria produção agropastoril, ao passo que o segundo abrangia a industrialização, estocagem e transporte. Por fim, o terceiro referia-se ao mercado (BATALHA; SILVA, 2007).

Contudo, não há um consenso acerca do foco sob o qual a cadeia produtiva agroindustrial deve ser analisada. De acordo com Green e Santos (1992), este conceito refere-se à matéria-prima base, e por sua vez, Batalha e Silva (2007) salientam que tal sistema deve ser analisado a partir do produto final identificado pelo consumidor. Conforme Morvan (1988), a tecnologia e as estratégias gerenciadas mediante a hierarquia entre os elos da cadeia produtiva exercem influência na obtenção do retorno obtido por todos os agentes, indo ao encontro da perspectiva sistêmica. Por sua vez, Carbajal, Tovar e Zimmerman (2017) salientam que as cadeias produtivas surgem como uma alternativa para a maximização da eficiência coletiva, entretanto, requerem um ambiente que proporcione estabilidade e confiança.

Deste modo, em determinada cadeia produtiva agroindustrial existem elementos constitutivos, atores e atividades que estabelecem sua estrutura e funcionamento (SIMANCA; MONTOYA; BERNAL, 2016). Todavia, existem distintos direcionadores, antecedentes, moderadores, fatores e elementos que interferem e/ou circunscrevem a competitividade no âmbito dos agronegócios, de modo que não existe um consenso na literatura acerca da determinação consolidada de tais atributos (BATALHA; SILVA, 2007).

Diante disso, tem-se a análise do ambiente institucional e dos aspectos concernentes à governança de cadeias produtivas agroalimentares como um mecanismo para se verificar e

explicar a discrepância de sua eficiência econômica entre países ou regiões. Assim, torna-se relevante analisar, sob a perspectiva da NEI, o contributo (ou não) das instituições na competitividade dos agronegócios e, conseqüentemente no desenvolvimento socioeconômico rural (FARIAS, 2016).

Destarte, a partir da análise do ambiente institucional, destaca-se a Matriz de Análise de Políticas como uma ferramenta comumente empregada para verificar a competitividade de determinada cadeia produtiva agroindustrial. Para tanto, tem-se que esta considera aspectos relacionados à interferência do Estado e de políticas públicas para o desenvolvimento de setores da econômica (MONKE; PEARSON, 1989).

2.3 MATRIZ DE ANÁLISE DE POLÍTICAS (MAP)

O método proposto por Monke e Pearson (1989) baseia-se no conceito de lucro econômico, onde se tem as receitas menos os custos, tanto privados quanto sociais. Deste modo, a MAP permite analisar o desempenho competitivo das cadeias produtivas por meio da produtividade e lucratividade. As informações necessárias para executar o modelo consistem nos custos de produção, receitas e lucro. No que concerne aos custos de produção, os mesmos são formados por dois tipos de custos, os insumos comercializáveis (*tradeable*) que correspondem aos insumos utilizados na produção, e os fatores domésticos (*non tradeable*), que por sua vez, compreendem os fatores de produção, ou seja, terra, capital e trabalho.

A MAP é “um produto de duas identidades contábeis, uma definindo a rentabilidade a partir da diferença entre receitas e custos e outra medindo os efeitos de divergências (distorção de políticas e falhas de mercado)” (RASTEGARIPOUR et al., 2011, p. 11892-11893, tradução própria). Deste modo, verifica-se a diferença entre parâmetros observados e parâmetros esperados, ou seja, que poderiam existir se as divergências fossem removidas.

Os dados da matriz contemplam ainda duas naturezas. A primeira delas se refere aos valores a nível internacional (preços privados), que servem como base para os preços em vigência no mercado (preços sociais). Deste modo pode-se verificar a eficiência na alocação de recursos dos fatores de produção. Para Belarmino (2012), a análise econômica de rentabilidade e competitividade contribui com os índices de competição dos produtos advindos de sistemas agroindustriais, bem como, colabora com a gestão dos estabelecimentos que compõem os elos produtivos, pois fornece subsídios para a tomada de decisão, principalmente no que se refere à alocação de recursos.

No ano de 2004, Pearson, Gotsch e Bahri (2004) publicaram um livro que objetivou

explicar a estrutura para a análise de políticas agrícolas, que contemplavam as análises privadas e sociais, bem como a interpretação dos seus resultados. Os autores visaram os procedimentos necessários para a construção da MAP, fundamentação teórica e análise de resultados. O trabalho contemplou vinte estudos de caso utilizando a matriz, cujos principais resultados apontaram a importância das informações fornecidas pela MAP serem disponibilizadas aos formuladores de políticas públicas (PEARSON; GOTSCH; BAHRI, 2004).

No Brasil, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em parceria com colaboradores da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizaram um estudo com base no modelo proposto por Monke e Pearson (1989). O método foi revisto e adaptado, constituindo uma ferramenta que detalha os indicadores do modelo e seus procedimentos para aplicação em diferentes cadeias produtivas do Brasil. Os autores também objetivaram, neste estudo, a interpretação dos indicadores, configurando-se como uma espécie de tutorial para a aplicação do modelo (LOPES et al., 2012).

Contudo, a MAP tem em seus princípios, o objetivo de avaliar principalmente o setor agrícola, com foco fundamental na avaliação de políticas públicas, principalmente em países em desenvolvimento, que são suscetíveis às falhas de mercado e distorções de preços causadas por fatores macroeconômicos (MONKE; PEARSON, 1989).

Logo, estudos que utilizam a MAP como base metodológica foram realizados em distintos países e em diferentes cadeias agroindustriais. Assim, destacam-se as pesquisas realizadas por Fernández-Escobar et al. (2012), Cinelli, Coles e Kirwan (2014) e Cappelletti et al. (2017) acerca das transformações tecnológicas relacionadas à produção de azeitonas. Além desta abordagem, salientam-se também estudos sobre a distribuição de ganhos ao longo das cadeias produtivas agroindustriais (ANANIA; PUPO D'ANDREA, 2008; DE GENNARO et al., 2012) e sua consequente rentabilidade (RÉVILLION, 2013).

Sob o enfoque dos custos de produção, Roselli et al. (2009), García-González e Aparicio (2010), Camposeo e Vivaldi (2011), De Gennaro et al. (2012) e Clodoveo et al. (2014) enfatizam a influência dos fatores de produção de azeitonas, bem como sua representatividade sob o total da cadeia produtiva do azeite de oliva. Não obstante, emergem investigações sobre a complexidade do processo produtivo do azeite de oliva extravirgem em comparação com os demais óleos vegetais (BAKHOUCHE et al., 2012; JIMÉNEZ et al., 2013; LADDOMADA et al., 2013).

Cita-se o estudo de Nelson e Panggabean (1991) realizado na Indonésia, que consistiu em analisar os efeitos de políticas na produção de açúcar em áreas irrigadas e em terras áridas na principal região produtora do país. Os autores verificaram também a distribuição da

transferência de recursos entre o Estado e os produtores. Em linha semelhante, a pesquisa realizada por Adesina e Coulibaly (1998) utilizou a MAP para avaliar a rentabilidade social de tecnologias para a produção de milho em áreas agroflorestais na savana de terras altas de Camarões. Também se analisou o impacto de políticas na competitividade financeira da produção de milho que utiliza tais tecnologias. Os resultados apontaram que a produção de milho em sistemas agroflorestais possui elevada vantagem comparativa.

A MAP também pode ser empregada para contabilizar os efeitos ambientais e os custos de transação (VLYSSIDES; LOIZIDES; KARLIS, 2004). Kydd, Pearce e Stockbridge (1996) realizaram uma análise econômica dos sistemas de *commodities*. Sua pesquisa considera as possibilidades disponíveis pela aplicação da NEI no contexto da MAP com o intuito de modificar o mercado rural. Os autores avaliam também de que forma a MAP pode ser modificada para agregar os custos e benefícios ambientais, visando à sustentabilidade nos sistemas produtivos de *commodities*.

Os resultados obtidos demonstraram que a matriz é capaz de combinar os interesses mercadológicos, sociais e ambientais, enfatizando a importância das informações advindas da aplicação do modelo serem disponibilizadas ao Estado e aos formuladores de programas de pesquisa. Os autores salientam ainda que a MAP possa auxiliar na construção de trajetórias tecnológicas que se adequem tanto à sociedade quanto aos indivíduos (KYDD; PEARCE; STOCKBRIDGE, 1996).

Na Tailândia utilizou-se a MAP para avaliar os custos e benefícios de políticas agrícolas em três culturas distintas: arroz, soja e feijão. O estudo de Yao (1997) buscou estudar as vantagens comparativas entre as culturas em duas províncias. Nos achados obtidos, identificou-se que a produção de arroz é mais lucrativa comparada à soja e ao feijão, concluindo que a intervenção do governo pode ocasionar perda de eficiência. Além disso, evidenciou-se que as mudanças nos preços e os efeitos da produção agrícola no meio ambiente podem influenciar a ação do governo (YAO, 1997).

Com propósito similar, o método proposto por Monke e Pearson também foi utilizado por Lara Covarrubias et al. (2003) para avaliar os aspectos relacionados à competitividade, vantagens comparativas e os efeitos de políticas na produção de leite no México. Os autores analisaram quatro sistemas de produção distintos – especializado, semiespecializado, familiar e de duplo propósito. De acordo com os resultados obtidos, apenas os sistemas especializados e semiespecializados se mostraram competitivos, ao passo que vantagens comparativas e eficiência econômica só não foram observadas no sistema de duplo propósito. Identificou-se

ainda que, apesar do aumento dos custos devido à especialização tecnológica, o investimento é válido, haja vista a maximização do preço do produto.

Apesar dos estudos com maior impacto acadêmico serem publicados até início dos anos 2000, existem trabalhos recentes que mostram o quanto a metodologia é utilizada e aceita no meio científico. Em 2014 foi realizada uma pesquisa visando identificar a produção leiteira em pequenas propriedades do México, onde a MAP foi empregada como arcabouço metodológico para determinar a lucratividade e competitividade de três estratos diferentes de rebanhos. Os achados apontaram que a lucratividade e a competitividade dos sistemas analisados se justificava pelo tipo de mão de obra utilizada, no caso, trabalho familiar (POSADAS DOMÍNGUEZ; ARRIAGA JORDÁN; MARTÍNEZ CASTAÑEDA, 2014).

A aplicação do método criado por Monke e Pearson também foi foco de uma pesquisa desenvolvida na Indonésia, que avaliou o impacto da liberação do comércio na competitividade da produção de frangos. O estudo averiguou a competitividade e o impacto de políticas em condições reais e de livre comércio. Os resultados apontaram que as políticas gerais são protetoras e beneficiam o setor produtivo. Além disso, indicou-se também que o livre comércio implicaria na minimização da competitividade a preços reais, e aumentaria a competitividade na condição do mercado inalterado (NURFADILLAH; RACHMINA; KUSNADI, 2018).

Na América do Sul, a competitividade da indústria de carne bovina uruguaia foi analisada por meio da MAP, através de estudo que intentou quantificar os efeitos das políticas públicas nos elos da referida cadeia produtiva, bem como identificar as transferências de recursos entre os envolvidos na indústria de carne e demais setores da economia. Identificou-se que a cadeia produtiva de carne bovina do Uruguai está sendo penalizada pelas políticas públicas, haja vista que a mesma transfere recursos para a economia principalmente por meio das contribuições à previdência social e é prejudicada pelos elevados custos de capital. Verificou-se ainda que a competitividade da cadeia foi prejudicada entre 2010 e 2013 pelo aumento dos preços do gado bovino pago pelos frigoríficos e maximização nos custos de embalagem (LANFRANCO; FERRARO; RAVA, 2018).

No que se refere ao setor pecuário, cita-se, também, um estudo sob a perspectiva da MAP, realizado no Irã. Os autores Pahlavani, Ghahremanzadeh e Dashti (2017) analisaram a vantagem comparativa entre dois sistemas de criação de pequenos ruminantes, utilizando os seguintes indicadores para a análise: Custos dos Recursos Internos, Custo Social, Coeficiente de Proteção Efetiva e Coeficiente de Proteção Nominal.

A Matriz de Análise de Política é empregada para análise de competitividade e eficiência econômica em diversas cadeias produtivas, denotando a importância e difusão da

metodologia em ambiente científico. A competitividade do setor madeireiro do Brasil foi analisada, considerando diferentes sistemas de produção. Os resultados apontaram que tanto a lucratividade social como a privada dos sistemas produtivos, apresentaram resultados positivos, no entanto, em áreas motomecanizáveis o lucro mostrou-se superior. Ademais, identificou-se que os produtores foram penalizados por políticas públicas do setor, porém essas áreas motomecanizáveis demonstraram-se mais competitivas e menos expostas às penalidades causadas pelas referidas políticas (SOARES et al., 2010).

Soares et al. (2011) igualmente utilizaram o método para analisar a competitividade do sistema produtivo do palmito de pupunha no Brasil. O estudo consistiu na verificação de dois sistemas distintos, um em áreas com irrigação e outro em áreas não irrigadas. Os resultados não apresentaram diferenças significativas entre os dois sistemas, sendo ambos considerados competitivos. Todavia, no que se refere aos custos sociais, as áreas com irrigação apresentaram lucro inferior, denotando menor eficiência (SOARES et al., 2011).

Touré et al. (2013) investigaram o desempenho dos sistemas de produção de arroz irrigado no Níger, cujos achados demonstraram que os lucros privados das empresas de arroz irrigado são inferiores aos seus lucros sociais, denotando que os recursos são direcionados para longe do sistema, em razão das políticas vigentes. Destarte, torna-se indispensável que seja fornecido maiores incentivos ao sistema por meio de melhoria tecnológica e de canais de marketing, sobretudo no varejo.

Por sua vez, Ogbe, Okoruwa e Saka (2011) empregaram a MAP para estudar a competitividade da produção de arroz e milho na Nigéria. Concomitantemente, Ugochukwu e Ezedinma (2011) utilizaram a ferramenta para igualmente averiguar os sistemas de produção de arroz no País, considerando, todavia, distintos níveis tecnológicos.

Já Rastegaripour et al. (2011), por meio da MAP, dispenderam esforços para analisar a vantagem comparativa da produção de água potável engarrafada no Irã. Em contrapartida, Pakravan e Kalashami (2011) identificaram tal indicador relacionado às distintas culturas produzidas na região de Sari Township, Irã, durante o período 2009-2010. Além disso, na África do Sul, Meliko et al. (2012) pesquisaram, empregando a Matriz de Análise de Políticas, a eficiência de doze distintos sistemas produtivos. A metodologia da MAP, também foi utilizada para avaliar a competitividade, eficiência econômica, e impactos nos níveis de proteção na cadeia do arroz beneficiado no Rio Grande do Sul, os resultados revelaram uma cadeia competitiva embora transfira alta carga de recursos para outros setores da economia (SOUZA et al., 2016).

Não obstante, um estudo desenvolvido por Souza et al. (2017) verificou a competitividade da cadeia produtiva do arroz no Brasil e no Uruguai. A pesquisa buscou analisar a eficiência econômica, competitividade e efeitos de políticas nos dois países. Os resultados apontaram que em ambos os países, as cadeias produtivas de arroz são competitivas, apresentam vantagem comparativa e transferem recursos para o setor econômico. Entretanto, tais achados não são oriundos de benefícios de políticas de Estado, haja vista que em ambas predominam altos níveis de taxaço.

Por fim, estudos relacionados à produção de biocombustíveis também utilizaram a MAP como método de análise de competitividade. Alves, Belarmino e Padula (2017), empregaram a matriz para avaliar os efeitos do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e comparar a competitividade e eficiência econômica de soja, girassol e canola. Os achados indicam que há competitividade na produção de biodiesel nas três oleaginosas, no entanto, a soja apresenta maior rentabilidade.

Ante ao exposto, observa-se que o método utilizado na investigação realizada apresenta ampla difusão no meio científico nacional e internacional, denotando sua consolidação. Ademais, a matriz é aplicada em diversos sistemas produtivos, de tal forma que analisar a competitividade da cadeia produtiva do azeite de oliva por meio da MAP pode contribuir para a verificação do contributo (favorável ou não) do ambiente institucional para o fomento da referida estrutura híbrida de governança.

2.4 SINTESE TEÓRICA

O entendimento sistêmico de competitividade, que opondo-se ao pensamento cartesiano, percebe a realidade como uma teia de interconexões, ou seja, como um sistema complexo e dinâmico (STERMAN, 2001), mutável ao longo do tempo (SENGE, 2003). Logo, a competitividade passa a ser analisada não mais de forma isolada (ACKOFF, 1993), mas sim, aliando aspectos microeconômicos, meso econômicos e macroeconômicos (CASAROTTO FILHO; MINUZZI; SANTOS, 2006; FERNANDES, 2017).

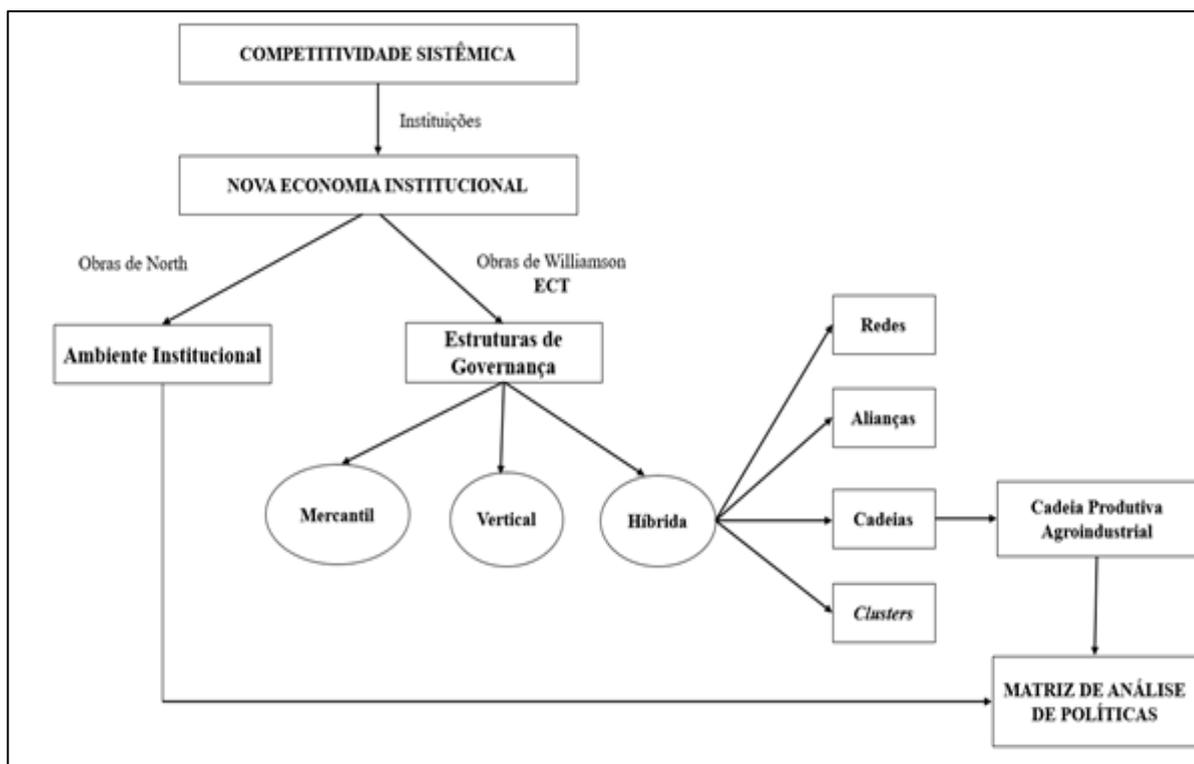
Destarte, a maximização dos estudos sobre o funcionamento da economia e a forma com que esta é influenciada pelas atividades agrícolas, destaca a relevância das instituições (AZEVEDO, 2000). As noções de instituições, compreendidas como sendo regras formais e informais que determinam e legitimam o comportamento dos indivíduos em distintas sociedades e, que conseqüentemente, evoluem com o tempo, foram apresentadas por Coase, na década de 30 (COASE, 1937; NORTH, 1990).

Pautada nessas proposições surge a NEI, contraponto aspectos do Institucionalismo, até então predominante. Tal teoria pode ser dividida em dois níveis analíticos que compartilham os mesmos pressupostos de Coase, evidenciando as noções de incerteza entre as interações humanas e transações econômicas, que conseqüentemente determinam o comportamento do indivíduo. Esses níveis são: ambiente institucional e estruturas de governança (SIMAN, 2009). O primeiro contempla as macro instituições, ou seja, aquelas que definem bases para as interações humanas, conforme os estudos de Douglas Nort (1990; 1993a). Por sua vez, o segundo refere-se as micro instituições, que regulamentam transações específicas (AZEVEDO, 2000) e são descritas nas pesquisas de Williamson (1985), que cunharam a Economia dos Custos de Transação (ECT).

Sob a abordagem dos custos de transação, dentre as estruturas de governança tem-se as estruturas híbridas, caracterizadas pela existência de ativos mistos, ou seja, específicos e não específicos, cujas transações podem ocorrer com frequência recorrente ou ocasional (WILLIAMSON, 1985). Conquanto, cadeia produtiva, arranjo produtivo local ou *cluster*, redes e alianças configuram-se como estruturas híbridas de governança (PEDROZO; HANSEN, 2001). Dentre estas, a pesquisa realizada teve como foco, a cadeia produtiva agroindustrial do azeite de oliva extravirgem, que compreende uma série de operações dissociáveis relacionadas mediante encadeamento técnico ou através das transformações de um fluxo constante de troca de montante a jusante, que torna matéria-prima básica em produto final (MORVAN, 1991; BATALHA; SILVA, 2007).

Diante disso, a análise de competitividade e rentabilidade pode contribuir para verificar os índices de competição de produtos provenientes de sistemas agroindustriais, a fim de propiciar subsídios para a tomada de decisão nos elos produtivos e, conseqüentemente, auxiliar na melhoria da governança da cadeia sob uma perspectiva totalitária (BELARMINO, 2012). Assim, a Matriz de Análise de Políticas, proposta em 1989 e utilizada mundialmente, mostra-se como uma ferramenta eficaz para analisar a competitividade de distintas cadeias produtivas agroindustriais (MONKE; PEARSON, 1989). Isto posto, a Figura 6 apresenta a síntese teórica que ofereceu suporte para a pesquisa realizada.

Figura 6 – Síntese teórica



Fonte: elaborado pelo autor (2018).

Partindo do pressuposto de que a competitividade é entendida de uma forma sistêmica, tem-se que as empresas não atuam mais de maneira isolada, fazendo parte de um sistema, constituído de relações e interações que fornecem resultados maiores que os obtidos individualmente. Nesse sentido, evidencia-se a importância das instituições, haja vista a capacidade de influência que as mesmas exercem sobre os indivíduos e consequentemente sobre as empresas e sociedade. Sobre a égide da NEI situam-se os estudos de North e Williamson que abordam o ambiente institucional a um nível macro e microeconômico, respectivamente.

Os estudos de North se referem as regras formais e informais que constituem suporte para as interações humanas na sociedade, ou seja, legitimações consentidas pelos indivíduos a nível macroeconômico. Por outro lado, Williamson direciona seus estudos para as relações que ocorrem entre as empresas e o mercado. Neste sentido, entende-se que as empresas passam a possuir custos de transação, ou seja, custos necessários para ações de posicionamento e proteção frente ao mercado e ao comportamento oportunista dos indivíduos, em um ambiente sistêmico. Deste modo, as empresas se estruturam de diferentes formas para competir no mercado, entre elas, estruturas mercantis, verticais e híbridas. Nesta última surgem as cadeias e, consequentemente, as cadeias de produção agroindustrial.

No que concerne a MAP, observa-se que tal método permite a análise de competitividade e vantagem comparativa de um contexto sistêmico em que empresas estão

estruturadas e sofrendo influência das instituições. Sendo assim, a aplicação desta metodologia permite identificar a influência de tais instituições, sejam elas macro (regidas pelo Estado) ou microeconômicas (definidas a nível empresarial) na competitividade da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Rio Grande do Sul.

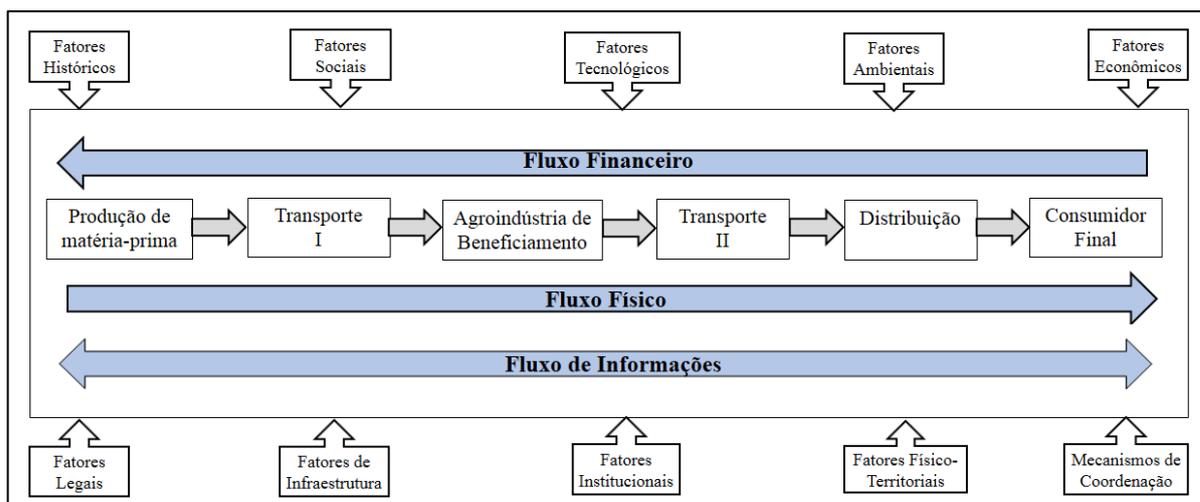
2.5 PANORAMA DA OLIVICULTURA

A oliveira (*Olea europaea L*) configura-se como um dos cultivos mais antigos da humanidade, cuja maioria das espécies é representada por árvores e arbustos (COUTINHO; JORGE, 2013). Apesar de não ser possível definir com precisão sua origem, grande parte da literatura aponta que a domesticação da planta provém do período Paleolítico e Neolítico, provavelmente na Mesopotâmia (VIEIRA NETO et al., 2008).

Vários estudos incluíram amostras de oliveiras de crescimento natural no sudeste do Mediterrâneo para inferir a distribuição e diversidade genética entre a população de '*oleaster*' que rodeia o mar, uma vez que até agora uma maior diversidade genética foi encontrada nas populações de oliveiras de crescimento natural na zona ocidental e não no Mediterrâneo oriental, sugerindo a presença de *Olea europaea subsp. europaea var. sylvestris* no Mediterrâneo ocidental. Questiona-se a suposta idade mais avançada das oliveiras de crescimento natural no sudeste do Mediterrâneo. A variação genética da *Olea europaea subsp. europaea var. O sylvestris* é de potencial importância para programas de melhoramento genético que apontam para a introdução de informação genética selvagem que conferem traços valiosos que foram perdidos durante o processo de domesticação, como já foi demonstrado em árvores frutíferas (VILAR; PEREIRA, 2018, p.34, tradução própria).

O azeite de oliva extravirgem corresponde ao óleo proveniente da azeitona, fruto da oliveira, obtido exclusivamente através de meios mecânicos ou físicos. Para tanto, é necessário que não hajam condições térmicas que acarretem mudanças no óleo e que não se utilize qualquer tratamento para produção, além da lavagem, decantação, centrifugação e filtração (CLODOVEO et al., 2014). Destarte, a Figura 7 apresenta a representação esquemática de uma cadeia produtiva agroindustrial genérica, o que inclui a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem.

Figura 7 – Representação esquemática de uma cadeia produtiva agroindustrial genérica



Fonte: adaptado de Zylberstajn (1995) e Batalha e Silva (2007).

Deste modo, no que se refere a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem, tem-se no primeiro elo, a produção de azeitona. O segundo elo concerne ao transporte entre a produção de matéria-prima e a agroindústria de beneficiamento, sendo esta o terceiro elo produtivo. Destarte, tem-se novamente um elo de transporte após o beneficiamento do produto, que antecede sua distribuição. Por fim, o último elo desse sistema, refere-se ao consumidor final.

Destaca-se que o setor a montante da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem contempla os fornecedores de insumos, também conhecidos como “antes da porteira”. A produção de azeitonas refere-se ao elo “dentro da porteira”, sendo que os elos a jusante concernem ao ambiente “depois da porteira”. Além disso, verifica-se uma série de fatores que interferem nesse arranjo produtivo, bem como todos os seus fluxos (SILVA, 2013).

O simbolismo a que a oliveira historicamente está envolta, proporcionou outros usos ao azeite, além do culinário (CLODOVEO et al., 2014). Apontam-se questões religiosas e crendices em torno do produto, dito como “óleo dos santos”, o que impulsionou sua utilização em rituais sagrados, unção para os mortos e utilização como perfume (GRIGG, 2001). Também foi considerado dotado de propriedades medicinais e farmacêuticas, recomendado para distintas moléstias do corpo, da mente e do espírito (MUELLER, 2012).

O azeite extravirgem configura-se como aquele considerado de maior qualidade dentre os óleos vegetais. Deste modo, por estar associado à herança gastronômica do Mediterrâneo, caracteriza-se pelo seu processamento mínimo, bem como por particulares características sensoriais (ROSELLI et al., 2018). Portanto, trata-se de um produto alimentar tradicional (VANHONACKER et al., 2010; GUERRERO et al., 2012; FORBES, 2014), cuja imagem

histórica remonta aspectos de luxo (CLODOVEO et al., 2014).

Suas propriedades medicinais referem-se a seu elevado poder nutricional, excelente digestibilidade, estabilidade oxidativa, prevenção de problemas cardíacos e vasculares (CORNWEL; MA, 2008; DE LEONARDIS et al., 2013; SANTOSA et al., 2013), além da diminuição do colesterol (SALAS et al., 2000) e auxílio no controle do açúcar do sangue (PARKER et al., 2002). Destarte, trata-se de um dos alimentos ricos em gordura que fornecem uma diversidade de nutrientes antioxidantes e anti-inflamatórios (BOGANI et al., 2007).

No tocante aos aspectos religiosos, o azeite historicamente foi considerado um produto precioso, sendo que os gregos antigos acreditavam que a deusa Atena havia criado as azeitonas (HALAND, 2012) e os reis Salomão e Davi destinavam guardas para vigiar seus olivais (ANTOL, 2004). Assim, apesar de representar uma das culturas mais antigas do mundial, o azeite de oliva extravirgem representa somente 2% do total de gordura consumida no mundo (VASILESKA; RECHKOSKA, 2012) e responde por 3% do consumo mundial de óleo vegetal (MILI, 2006; BEDBABIS et al., 2010).

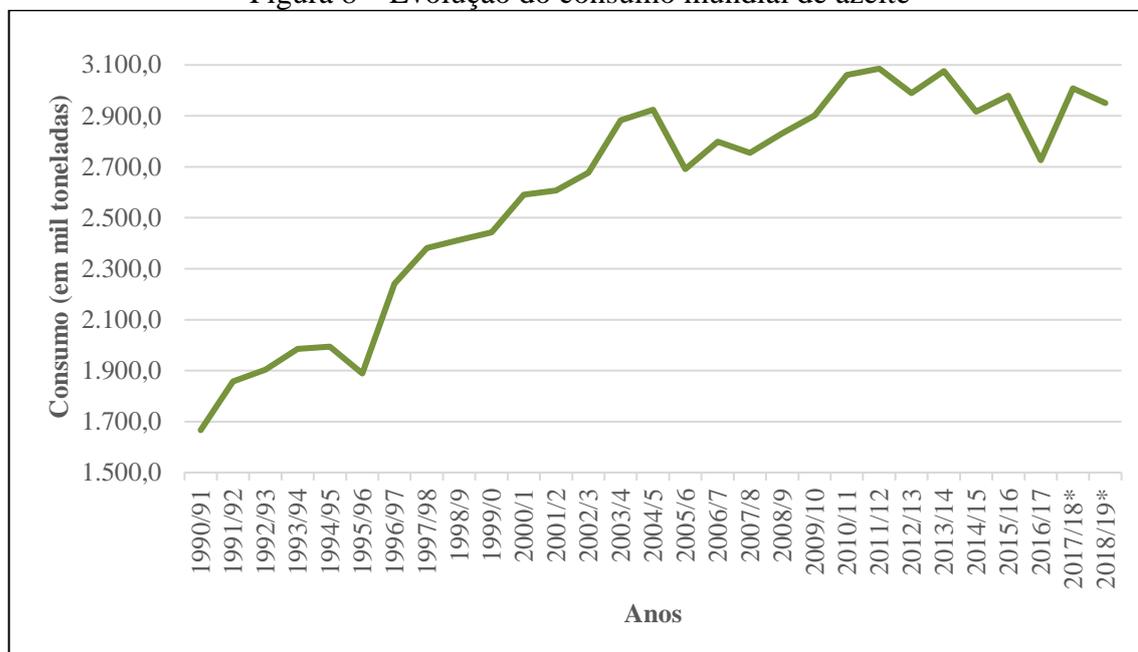
A partir de 1560 a oliveira passou a ser cultivada na América, inicialmente no México, Peru, Jamaica, Estados Unidos, Chile e Argentina. Recentemente, o cultivo foi instalado na África do Sul, Austrália, Japão, China, Uruguai e Brasil (WREGGE; FILIPPINI ALBA; COUTINHO, 2015). Deste modo, desde a década de 1950, a área plantada de oliveiras no mundo vem crescendo exponencialmente, ocupando aproximadamente 11 milhões de hectares em 47 países, localizados nos cinco continentes (IOC, 2017), com predomínio nas áreas entre as latitudes 30° e 45° nos Hemisférios Sul (colheita de abril a julho) e Norte (colheita de outubro a abril) (COUTINHO; JORGE, 2013).

Todavia, cerca de 98% das azeitonas do mundo são colhidas na região do Mediterrâneo (IOC, 2015), sendo que a Espanha figura como a maior produtora de azeitonas, cuja área plantada supera 2,5 milhões de hectares. Em específico, a região da Andaluzia contribui com 70% dessa produção (SANZ CAÑADA et al., 2010). Portanto, apesar de tratar-se de um alimento raro no mundo, essa característica não é percebida porque os principais produtores são igualmente os maiores consumidores de azeite de oliva extravirgem (ANDRIKOPOULOS et al., 2002; LUCHETTI, 2002). Ou seja, aproximadamente 95% da produção mundial e 89% do consumo concentram-se na região do Mediterrâneo (TÜRKEKUL et al., 2007).

Segundo o *International Oil Council* (IOC, 2015), única organização intergovernamental no mundo que reúne informações acerca da produção e consumo de azeite e azeitonas, existem aproximadamente 12.000 fábricas de azeite no mundo, de modo que o

produto é consumido em mais de 160 países. Isto posto, a Figura 8 ilustra a evolução temporal do consumo mundial de azeite.

Figura 8 – Evolução do consumo mundial de azeite



Fonte: IOC (2019).

* Previsão

Inicialmente, o cultivo de oliveiras foi proibido no Brasil pela Coroa Portuguesa, a fim de evitar a concorrência com os azeites de Portugal, segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul (2019). Desse modo, foi introduzida novamente no Brasil após a Segunda Guerra Mundial, por meio de imigrantes europeus que traziam em suas bagagens plantas de oliveiras e caroços de azeitonas. Deste modo, surgem as primeiras árvores cultivadas na Região Sul do Estado de Minas Gerais (TERAMOTO; BERTONCINI; PRELA-PANTANO, 2013).

Assim, devido aos aspectos climáticos, a olivicultura tem sido praticada nas regiões Sul e Sudeste do País, mesmo que estas não sejam consideradas as melhores para a plantação de cultivares com valor comercial (WREGGE et al., 2015). Assim, apesar de não haver um levantamento oficial sobre a área cultivada com oliveiras no país, estima-se que existam 6 mil hectares plantados, com previsão de expansão correspondente a 10 mil hectares até o final da década (SAUERESSIG, 2018).

No que concerne aos aspectos do ambiente institucional, no Estado de Minas Gerais, a cadeia produtiva do azeite recebe incentivos da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). Por sua vez, no Paraná, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e

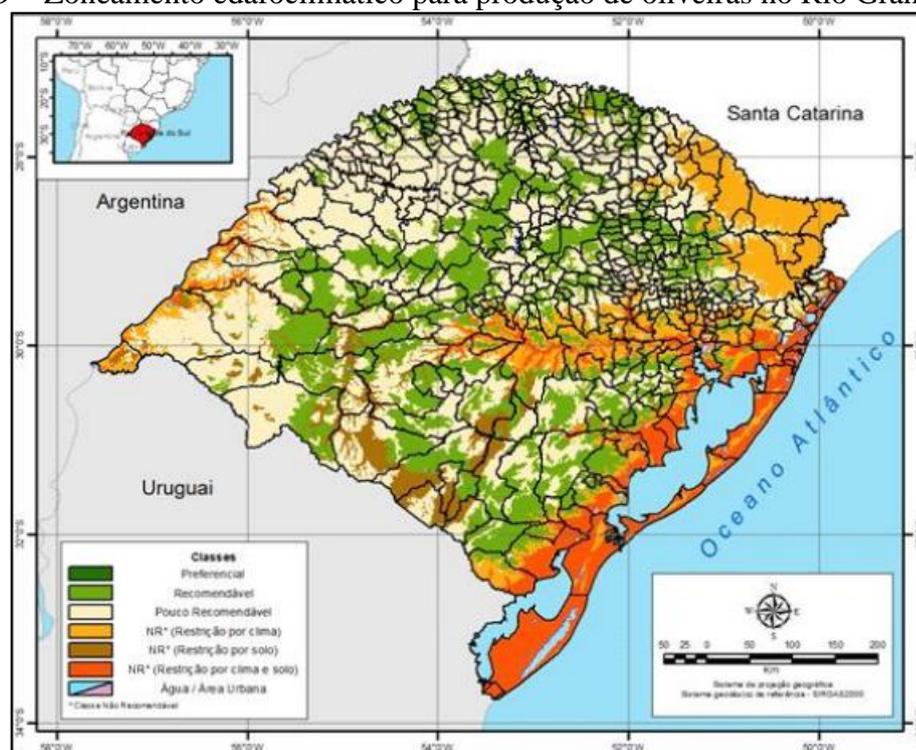
Extensão Rural (EMATER/PR) mantém unidades de acompanhamento das plantações de oliveiras, que através de uma parceria com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), implementou em 2006, observação da cultura em distintas áreas do território catarinense (SAUERESSIG, 2018).

Em 2009, foi fundada a Associação dos Olivicultores dos Contrafortes da Mantiqueira (ASSOLIVE), que envolve produtores de São Paulo que recebem apoio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através do projeto Oliva SP, coordenado pela Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Já na região Nordeste, o cultivo foi implementado na Bahia e em Pernambuco, mediante um projeto de pesquisa firmado entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (SAUERESSIG, 2018)

No Rio Grande do Sul verifica-se que nos últimos anos, foram criadas associações que visam a organização da atividade olivícola, dentre elas estão, a Associação dos Olivicultores do Sul do Brasil (OLISUL) e Associação Rio-Grandense de Olivicultores (ARGOS). Outra iniciativa que visa promover e desenvolver as atividades na olivicultura, principalmente no que se refere às negociações e reivindicações junto ao governo, foi a criação do Instituto Brasileiro da Olivicultura (IBRAOLIVA), em agosto de 2017 (JOÃO, ALMEIDA e AMBROSINI, 2017).

O Rio Grande do Sul, um dos Estados que possui a maior área plantada no País (JOÃO; ALMEIDA; AMBROSINI, 2017), apresenta também condições agroclimáticas favoráveis para o desenvolvimento da planta. Segundo zoneamento edafoclimático realizado, apenas 27,9 % do território gaúcho agriculturável não é recomendável para o cultivo da frutífera (ALBA et al., 2014). Estudos desenvolvidos pela Embrapa Clima Temperado, Pelotas-RS, também apresentaram resultados positivos no que concerne aos fatores agroclimáticos do Estado. A Figura 9 apresenta os dados que indicam as regiões benéficas para o cultivo de oliveiras.

Figura 9 – Zoneamento edafoclimático para produção de oliveiras no Rio Grande do Sul



Fonte: Alba et al (2014).

Conforme se observa, as regiões em verde escuro apresentam as áreas preferenciais para a produção, em verde claro a produção é recomendada, em amarelo é pouco recomendada, seguida por áreas com distintas tipologias de restrição. Deste modo, as melhores regiões para o plantio situam-se no Oeste e na Metade Sul, distante das regiões de serra e litoral, onde a unidade relativa do ar apresenta índices menores (COUTINHO et al., 2009).

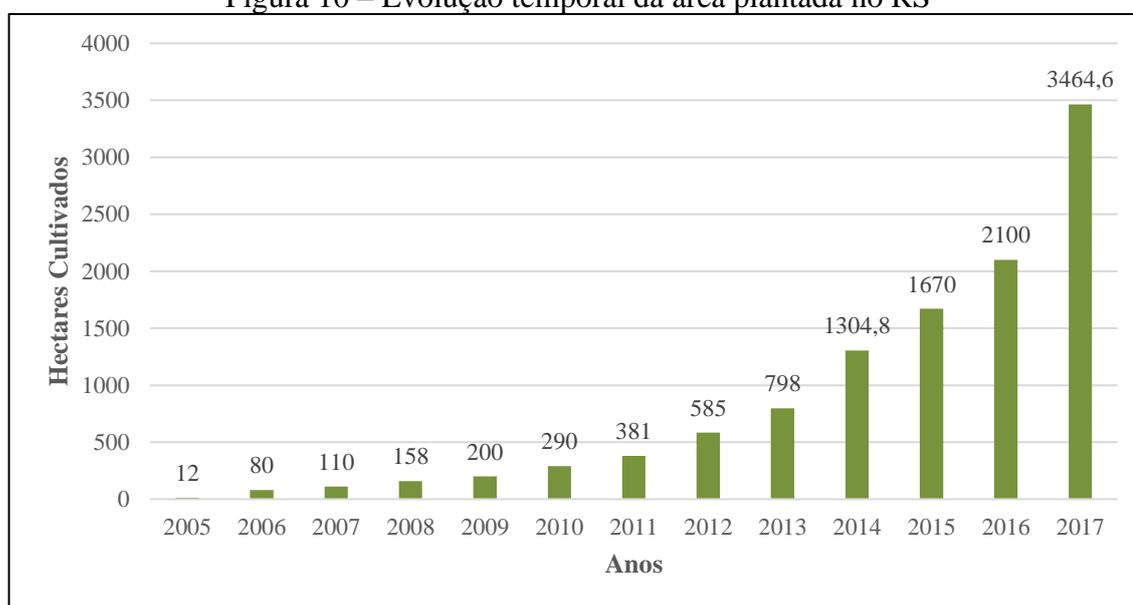
O município de Uruguaiana representava um dos locais de produção de olivas, no final da década de 1960, quando o embaixador Batista Luzardo cultivou 72 mil plantas com mudas importadas da Argentina (COUTINHO et al., 2009). Contudo, conforme a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS (2019), de forma oficial, em 1939 tem-se registro da primeira ação da Secretaria Estadual da Agricultura para viabilizar a produção de oliveiras no Estado. Para tanto, deu-se a importação de cultivares argentinos para estudos nas estações experimentais dos municípios de Domingos Petrolini, Caxias do Sul e Garibaldi.

No ano de 1947, o Governo do Estado publicou a Lei n° 59, que incluía a criação da Comissão de Estudo e Fomento do Cultivo da Oliveira e Industrialização, bem como propunha incentivos fiscais e distribuição de prêmios para os produtores. Posteriormente, em 1948, foi instituído junto à Secretaria da Agricultura, o Serviço Olivícola (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Todavia, a nova fase da olivicultura gaúcha foi intensificada em 2005, quando um grupo de produtores implementou pomares com auxílio da Secretaria da Agricultura, em Caçapava do Sul (JOÃO; ALMEIDA; AMBROSINI, 2017). No mesmo ano, a Embrapa Clima Temperado aprovou um projeto de pesquisa para introdução de cultivares de oliveira no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, instalando unidades de observação. Portanto, a partir de 2010, os pomares começaram a demonstrar resultados positivos, impulsionando a oferta de incentivos governamentais e a implementação de novos plantios (SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2019).

Assim, no ano de 2012 foi promovida a 1ª Abertura Oficial da Colheita da Oliva e criada a Câmara Setorial da Olivicultura. Deste modo, de acordo com o Cadastro Olivícola do Rio Grande do Sul, em 2017, a área plantada no Estado correspondia a aproximadamente 3.464,6 hectares, abrangendo 56 municípios, cuja atividade era exercida por 145 produtores (JOÃO; ALMEIDA; AMBROSINI, 2017). A Figura 10 apresenta a maximização da área plantada de oliveiras no RS.

Figura 10 – Evolução temporal da área plantada no RS



Fonte: adaptado de Gomes (2018).

Em 2017, as principais variedades cultivadas eram Arbequina, Arbosana, Koroneike, Frantoio e Picual, conforme a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do RS (2019). O Quadro 1 apresenta os municípios gaúchos dotados de maior representatividade no que concerne à área plantada de oliveiras, neste mesmo ano.

Quadro 1 – Principais municípios do RS em área plantada de oliveiras

Município	Área Plantada (2017)
Canguçu	575,2 há
Encruzilhada do Sul	568,5 ha
Pinheiro Machado	383,7 ha
Cachoeira do Sul	368,2 ha
Santana do Livramento	136,0 ha
Bagé	128,0 há
Caçapava do Sul	115,1 há
Barra do Ribeiro	103,5 há

Fonte: adaptado de Saueressig (2018).

No tocante ao beneficiamento das olivas, em 2017 estavam em funcionamento 8 unidades extratoras no RS, sendo uma no município de Formigueiro, uma em Pinheiro Machado, duas em Caçapava do Sul, uma em Candiota, uma em Canguçu, uma no município de Cachoeira do Sul e uma em Santana do Livramento. Acerca das marcas de azeite, tem-se que em neste mesmo ano, haviam 20 marcas produzidas no Estado, haja vista a possibilidade de uma mesma unidade beneficiar frutas advindas de outros produtores. Assim, a produção de azeite no RS correspondeu, em 2017, a 57.873 litros (JOÃO; ALMEIDA; AMBROSINI, 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar o método utilizado para a construção desta pesquisa. Destarte, apresenta-se a classificação metodológica da investigação, assim como os procedimentos empregados para coleta e análise dos dados.

Destaca-se que a presente pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, haja vista que possibilita a descrição de determinado fenômeno ou população (COLLIS; HUSSEY, 2005), da mesma forma, maximiza a compreensão do pesquisador quanto à temática investigada (TRIVIÑOS, 1990; GIL, 2010). No que se refere à abordagem do problema, considera-se um estudo quantitativo, uma vez que emprega a mensuração tanto na coleta quanto na análise dos dados (RICHARDSON, 2007), dotando a investigação de objetividade (BRYMAN, 1988).

Como instrumento analítico utilizou-se a MAP, uma vez que tal método contábil fornece subsídios para a análise da competitividade e eficiência econômica de determinado sistema de produção. Além disso, é possível identificar o impacto das políticas públicas sob os agentes envolvidos na cadeia produtiva, seja por meio de taxas, subsídios, distorções na taxa de câmbio ou ainda restrições comerciais. Ademais, por meio da MAP verifica-se o desempenho econômico no que concerne aos custos, rentabilidade e receitas operacionais (MONKE; PEARSON, 1989).

O método MAP demonstra a lucratividade através da diferença entre receitas e custos dentro do sistema analisado. Deste modo, podem ser conhecidos os efeitos de divergências entre preços privados (preços reais trabalhados) e preços sociais (preços sem interferência do Estado). Logo, torna-se possível verificar se tal cadeia está sendo beneficiada pelas políticas públicas ou se está sendo taxada. A estrutura da matriz é formada por dois tipos de custos, um que se refere aos insumos comercializáveis (*tradeable*) e outro que contempla os fatores domésticos (*non tradeable*).

Com a aplicação da matriz, pode-se verificar a rentabilidade privada e social. Na rentabilidade privada, são considerados os valores a preços atuais de mercado. Já na rentabilidade social, os custos são baseados em preços sociais desonerados de políticas que influenciam os preços de mercado, sejam elas positivas (subsídios) ou negativas (impostos). Para Monke e Pearson (1989), o preço privado remete à eficiência, uma vez que este é representado pelo valor monetário vigente, obtido por cotação em mercado local.

Já os preços sociais remetem à equidade, paridade e eficiência, pois estes correspondem a representação dos valores monetários vigentes no mercado internacional, ou sem a influência do Estado, ou ainda, de políticas ou taxaço que influenciam o valor do produto comercializado.

Diante disso, a MAP foi utilizada para analisar a competitividade, eficiência e os efeitos das políticas públicas sobre a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Rio Grande do Sul.

3.1 COMPOSIÇÃO DA MAP

A Matriz de Análise de Políticas permite conhecer o desempenho de cadeias produtivas por meio da produtividade e lucratividade. Deste modo, é estruturada com dados de custos de produção, transporte e receitas. A MAP apresenta três linhas de valores: a primeira corresponde aos preços privados, expressos pelas letras A, B, C e D; a segunda constitui os valores a preços sociais representados pelas letras E, F, G e H, e; a terceira linha, representa os efeitos de divergências entre os preços privados e preços sociais, sendo que as letras que correspondem a tais valores são expressas por I, J, K e L. O Quadro 2 apresenta a estrutura da Matriz de Análise de Políticas.

Quadro 2 – Estrutura da Matriz de Análise de Políticas (MAP)

	Receitas	Custos		Lucro
		Insumos Comercializáveis	Fatores Domésticos	
Preços Privados	A	B	C	D
Preços Sociais	E	F	G	H
Divergências	I	J	K	L

Fonte: Monke e Pearson (1989).

De acordo com Monke e Pearson (1989), têm-se na primeira linha, as receitas (A), os custos de produção divididos em insumos comercializáveis (B) e fatores domésticos (C), e o lucro (D), sendo todos expressos a preços privados, ou seja, são consideradas as interferências do Estado, seja por subsídio ou taxaço. O lucro é calculado a partir da fórmula ($D=A-B-C$), o resultado, quando positivo, indica que a cadeia está sendo competitiva a preços privados. Da mesma forma, na segunda linha tem-se: receitas (E); custos de produção, que se referem aos insumos comercializáveis (F) e fatores domésticos (G), e; o lucro (H), sendo todos expressos à preços sociais, ou seja, a valores internacionais, ou calculados sem a intervenção do Estado. O lucro social (H) é obtido a partir de ($H=E-F-G$).

A terceira linha apresenta os valores correspondentes às divergências entre os valores privados e sociais, bem como, a eficiência de políticas públicas. Deste modo, esta linha apresenta a diferença entre os valores reais trabalhados no mercado interno e aqueles provenientes do mercado internacional, ou sem a influência de políticas. A letra (I) corresponde

à transferência de receitas, dada por $(I=A-E)$, que expressa a transferência de receita, ou seja, o quanto estas diferem entre os custos privados e sociais. Da mesma forma, se verifica a transferência de insumos $(J=B-F)$, a transferência de fatores $(K=C-G)$, e as transferências líquidas $(L=D-H)$ ou $(L=I-J-K)$.

Além da estrutura apresentada no Quadro 2, a MAP fornece indicadores relacionados à competitividade, proteção, vantagem comparativa e subsídios. Tais indicadores são calculados a partir de operações entre os valores pagos e recebidos, obtidos na coleta de dados do objeto analisado. Um dos fatores positivos da MAP como ferramenta de análise, é a capacidade de tornar simples a verificação dos dados. As diferenças encontradas entre os preços sociais e preços privados correspondem às transferências de políticas que afetam o preço da produção (KYDD; PEARCE; STOCKBRIDGE, 1996). Com o objetivo de oportunizar melhor entendimento sobre os indicadores mencionados, os mesmos são brevemente descritos a seguir.

- a) **Coefficiente de Lucratividade ($CL=D/H$):** Este indicador é calculado a partir da razão entre os lucros obtidos a preços privados e preços sociais. Seu objetivo consiste em identificar o efeito que a interferência do Estado exerce sobre os resultados auferidos pela cadeia. O resultado quando $(CL>1)$ indica que o produtor está sendo beneficiado pelo Estado, o que revela políticas protecionistas na cadeia analisada. Quando o resultado obtido for $(CL<1)$ verifica-se que a cadeia está sendo taxada, ou seja, as políticas de Estado estão penalizando o produtor. Para um valor de $(CL=1)$ constata-se que a situação é neutra.
- b) **Razão Custo Privado ($RCP= C/(A-B)$):** O resultado obtido evidencia o nível de competitividade da cadeia no que se refere à manutenção dos fatores domésticos, ou seja, verifica o quanto se utiliza de recursos (terra, trabalho e capital) na obtenção de receitas a preços privados, verificando se a cadeia é competitiva ou não. A equação matemática consiste na razão entre os Fatores Domésticos (C) e a diferença entre Receita (A) e Insumos Comercializáveis (B). Salienta-se que, quanto menor for o índice de RCP maior será o nível de competitividade da cadeia, pois $(RCP<1)$ evidencia um retorno dos fatores domésticos superior ao normal. Quando o índice for superior $(RCP>1)$ significa que o retorno obtido pelos fatores domésticos é inferior ao normal, denotando que o resultado é negativo. Nessas condições, onde o retorno é insatisfatório, se

não ocorrer intervenção de políticas, a cadeia se tornará inviável economicamente. Se o índice indica um valor igual a uma unidade ($RCP=1$), significa que o valor adicionado é neutro, similar ao valor obtido pela remuneração dos fatores domésticos.

- c) **Coefficiente de Proteção Efetiva ($CPE= (A-B)/(E-F)$):** Este indicador mostra o nível de incentivo ou de penalização impostos pelas políticas de preços e de insumos comercializados. A análise se refere ao coeficiente de proteção, indicando as transferências advindas de políticas sobre os insumos comercializáveis e o produto. O resultado é obtido dividindo a diferença entre Receita (A) e os Insumos Comercializáveis (B) a valores privados, pela diferença entre Receita (E) e Insumos Comercializáveis (F) a preços sociais. O indicador identifica que há taxação quando ($CPE < 1$), ou seja, o produtor está sendo prejudicado pelas políticas de preços no mercado do produto e de insumos comercializáveis. Quando o resultado for ($CPE > 1$) significa que há proteção na cadeia por parte de políticas de preços.
- d) **Coefficiente de Proteção Nominal ($CPN= A/E$):** Este coeficiente também verifica o nível de proteção, no entanto, compara a mercadoria a preços privados (mercado local) e preços sociais (mercado internacional). O valor é dado pela razão das Receitas (A) a preços privados e as Receitas (E) a preços sociais, que indica a transferência de renda entre a sociedade e os produtores. O índice menor que uma unidade ($CPN < 1$), aponta que há transferência de renda dos produtores para a sociedade, ou seja, a proteção é negativa, os produtores recebem menos que os preços de mercado. Quando ($CPN > 1$), evidencia-se uma transferência de renda da sociedade para o produtor, isto é, o valor recebido é maior que os preços de mercado. Na situação de ($CPN = 1$) não existe transferência de renda, ou seja, não há proteção ou desproteção.
- e) **Custo dos Recursos Domésticos ($CRD= G/(E-F)$):** Este indicador verifica quanto se consome de fatores domésticos em valores sociais para gerar um dólar (US\$) de divisas, seja mediante exportação ou minimização de importação. A equação que trabalha com os valores a preços sociais consiste na divisão dos Fatores Domésticos (G) pela diferença entre Receita (E) e Insumos Comercializáveis (F). No que se refere aos resultados, quando ($CRD < 1$)

significa que o resultado é positivo, ou seja, o retorno obtido pelos fatores domésticos é superior ao custo de oportunidade, promovendo ganhos líquidos ao país. Se o índice apresenta valor maior que uma unidade ($CRD > 1$) indica resultado negativo, onde tem-se um retorno dos fatores domésticos inferiores ao custo de oportunidade. Quando o resultado se iguala a uma unidade ($CRD = 1$), tem-se uma situação nula, onde os fatores domésticos estão recebendo exatamente o seu custo de oportunidade.

- f) **Razão de Subsídio ao Produtor ($RSP = L/E$):** Este indicador intenta evidenciar a influência de políticas na cadeia produtiva, por meio do nível de transferência das divergências encontradas. O resultado é obtido dividindo o Coeficiente de Lucratividade (L) pela Receita (E) a preços sociais. Neste sentido, o RSP indica o quanto é necessário para manter a eficiência econômica da cadeia produtiva a preços sociais. Quando ($RSP > 1$) demonstra-se que está ocorrendo proteção/subsídios, por outro lado, quando apresenta ($RSP < 1$) a cadeia está desprotegida/sendo taxada, denotando a presença de falhas de mercado. Se o ($RSP = 1$) existe uma situação neutra, onde não há proteção nem desproteção. Destarte, o Quadro 3 apresenta um resumo dos indicadores.

Quadro 3 – Indicadores de competitividade, proteção, vantagem comparativa e subsídio

Indicadores		Indicador <1	Indicador >1
Competitividade	Coefficiente de Lucratividade (CL)	Lucros privados reduzidos devido à taxaço da cadeia	Lucros privados elevados, cadeia produtiva beneficiada por políticas
	Razão do Custo Privado (RCP)	Retorno dos fatores domésticos superior ao normal	Retorno dos fatores insatisfatório indica um sistema não competitivo
Prote�o	Coefficiente de Prote�o Efetiva (CPE)	Produtor está sendo prejudicado pelas políticas de preço do produto e insumos que o compõem	Produtor está sendo beneficiado pelas políticas referentes ao preço dos produtos e insumos
	Coefficiente de Prote�o Nominal (CPN)	Prote�o negativa/ transferência de renda dos produtores para a sociedade	Prote�o positiva/ transferência de renda da sociedade para o produtor
Vantagem Comparativa	Custo de Recursos Domésticos (CRD)	Lucro / retorno dos fatores domésticos superior ao custo de oportunidade	Prejuízo/retorno dos fatores domésticos inferior ao custo de oportunidade
Subsídio	Razão de Subsídio ao Produtor (RSP)	Cadeia produtiva taxada	Cadeia produtiva subsidiada

Fonte: Elaborado com base em Monke e Pearson (1989).

Observam-se os valores de referência para cada um dos indicadores, deste modo, os indicadores de competitividade, representados pelo Coeficiente de Lucratividade (CL) e Razão do Custo Privado (RCP), para uma cadeia produtiva competitiva, necessitam apresentar valor para CL superior a 1, uma vez que representam benefícios aos produtores. Por outro lado, para apresentar competitividade na cadeia analisada neste estudo, o RCP deve ser inferior a 1 unidade, pois indica que os fatores domésticos estão recebendo retorno maior que o normal, originando ganhos ao país.

No que concerne aos indicadores de prote o, para ser considerada uma cadeia produtiva “protegida”, ou seja, com características protecionistas por parte das políticas, esta deve apresentar valores superiores a 1 unidade, tanto para o CPE quanto para o CPN. O Coeficiente de Prote o Efetiva maior que 1 indica que a cadeia recebe benefício acerca dos

preços de produtos e dos insumos necessários para a produção. Já o Coeficiente de Proteção Nominal superior a 1 demonstra que há transferência de renda da sociedade para o produtor.

Acerca do indicador denominado Custo de Recursos Domésticos (CRD), tem-se que um valor inferior a 1 unidade representa que a cadeia produtiva analisada possui vantagem comparativa, pois os fatores domésticos apresentam valores superiores ao custo de oportunidade. No que tange ao indicador Razão de Subsídio ao Produtor (RSP), quando o mesmo apresentar valor superior a 1 unidade, tem-se que a cadeia produtiva está sendo beneficiada por políticas, ou seja, os retornos são maiores por conta da ação do Estado.

3.2 COLETA DE DADOS

De acordo com Lopes et al. (2012), para a coleta de dados na construção da MAP, devem-se selecionar estabelecimentos representativos, ou seja, aqueles considerados *benchmarking* do setor, cujas atividades, estruturas técnicas, econômicas e de gestão estão próximas aos níveis de excelência. Com o auxílio dos pesquisadores da Embrapa Clima Temperado, foi possível identificar os estabelecimentos representativos, uma vez que os mesmos possuíam conhecimento sobre a estrutura produtiva das agroindústrias produtoras de azeite de oliva extravirgem no Estado do Rio Grande do Sul.

Deste modo, foram selecionados dois estabelecimentos representativos, podendo desta forma, representar a estrutura da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem a nível estadual. Todavia, a fim de resguardar as informações prestadas pelas organizações, suas identidades permaneceram preservadas, de tal forma que são identificadas como Agroindústria A e Agroindústria B, cuja caracterização se restringe somente ao mínimo necessário para a compreensão da pesquisa realizada.

Assim, a agroindústria A possui aproximadamente 30 hectares de área plantada e localiza-se a cerca de 500 km de distância da capital gaúcha. O pomar possui cerca de dez anos e a rentabilidade na produção de azeitonas corresponde a 2 toneladas/hectare. No que se refere à capacidade produtiva de azeite, a agroindústria pode processar até 180 kg de frutas por hora.

Por sua vez, a agroindústria B, distante cerca de 350 km de Porto Alegre, conta com um pomar de 230 hectares, no entanto, apenas 90 hectares estão em produção, cujas oliveiras possuem entre oito e dez anos. Sua produtividade oscila em torno de 2 toneladas/hectare, possuindo uma estrutura produtiva com capacidade de processamento de 1.500kg de frutas por hora. Evidencia-se que, em ambos os estabelecimentos, se utilizam do sistema de irrigação e os pomares são considerados tradicionais, cuja composição compreende menos de 180 oliveiras por hectare (IOC, 2015). Ressalta-se que todos os custos e receitas obtidos foram calculados

por hectare e/ou toneladas de produtos. Desta forma, os dados são equivalentes, independentemente do tamanho da estrutura produtiva de cada estabelecimento.

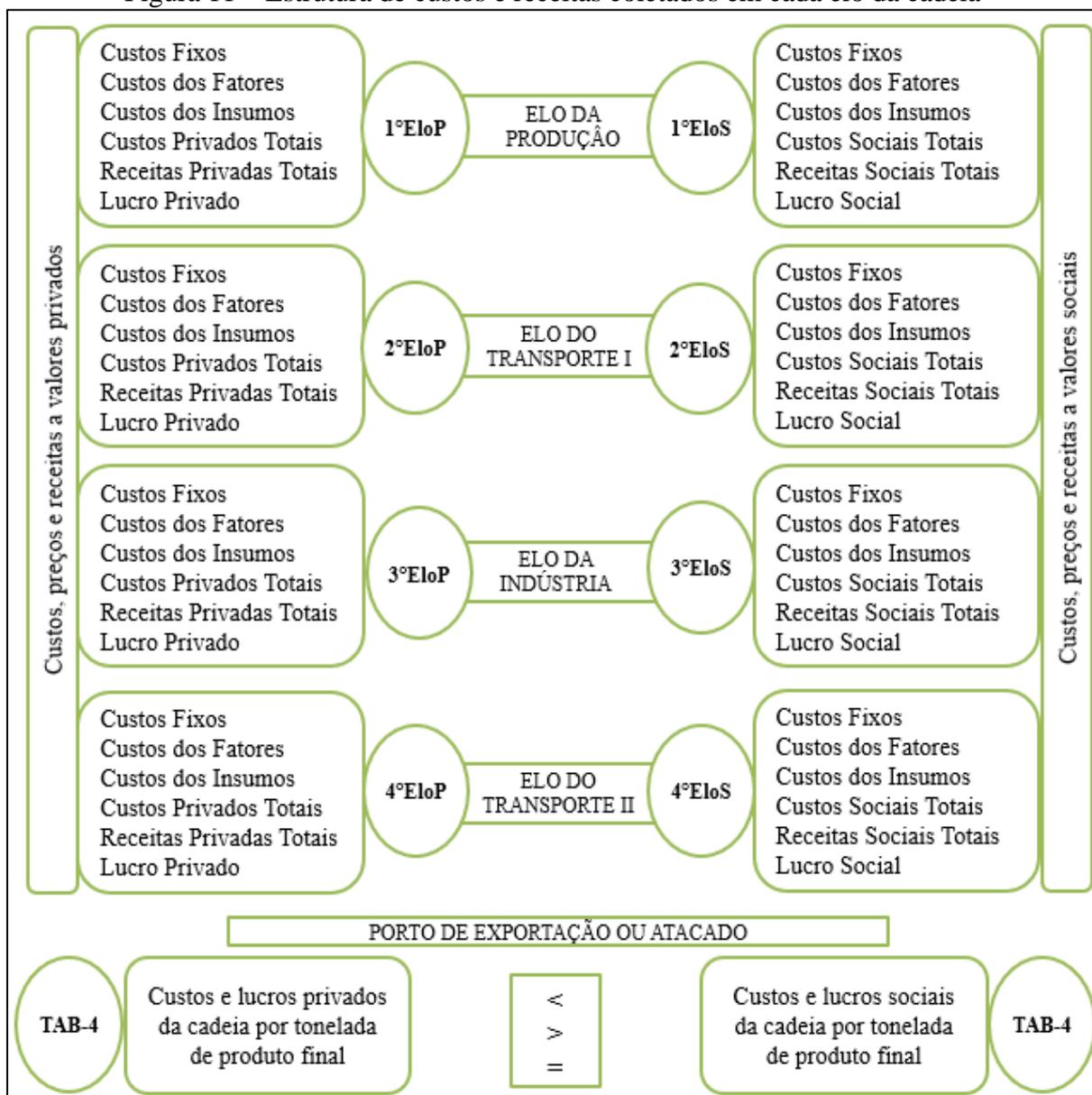
Ambos os estabelecimentos representativos possuem estruturas de integração vertical, ou seja, são responsáveis pela maioria dos elos ao longo do processo produtivo do azeite de oliva extravirgem. Tal característica está de acordo com a realidade das agroindústrias produtoras de azeite no Rio Grande do Sul. Assim, foi possível obter as informações necessárias para a construção da MAP do azeite nos quatro elos abordados pela matriz, quais sejam: produção, transporte da produção até a agroindústria, agroindústria e transporte da agroindústria até o porto ou atacado.

Os dados necessários para a construção da MAP foram coletados em dois momentos. Primeiramente em julho de 2018, por meio de visitas *in loco* nas agroindústrias, obtiveram-se dados preliminares de custos, produção e receitas. Para a complementação das informações, em novembro do mesmo ano, realizaram-se novamente visitas às agroindústrias. A coleta de dados contou com o apoio de pesquisadores da Embrapa Clima Temperado-Pelotas (RS). Além disso, também se utilizou contatos eletrônicos (e-mail) e via celular para esclarecimento de dúvidas quanto aos insumos utilizados no processo produtivo.

3.3 CONSTRUÇÃO DA MAP DO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM

Conforme já mencionado, adotou-se a metodologia da MAP, adaptada por Lopes et al. (2012), a fim de registrar os custos de produção a valores privados e sociais, que abrangem a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem. Deste modo, a coleta seguiu uma estrutura de levantamento de custos e receitas divididas em quatro elos, cujo detalhamento apresenta-se na Figura 10.

Figura 11 – Estrutura de custos e receitas coletados em cada elo da cadeia



Fonte: Adaptado de Lopes et al. (2012).

Como se verifica, a estrutura para construção da MAP compreendeu os quatro elos analisados pela metodologia. Deste modo, em cada elo identificaram-se os custos fixos, custos dos fatores domésticos, custos dos insumos, custos totais, receitas totais e lucro em duas naturezas de valores: a valores privados (1ºEloP, 2ºEloP, 3ºEloP e 4ºEloP) e a valores sociais (1ºEloS, 2ºEloS, 3ºEloS e 4ºEloS). Os preços privados compreendem os custos e receitas trabalhados no mercado local, enquanto os preços sociais representam um cenário sem a influência do Estado e de distorções, representando os preços a valores de mercado internacional.

Para a obtenção dos custos/receitas referente aos elos sociais, os tributos domésticos

presentes nos insumos representativos foram eliminados. Consequente, foi aplicado um Fator de Conversão (FC) que corresponde a um coeficiente que transforma os preços privados em preços sociais, variando de acordo com a natureza dos valores, sejam custos de produção ou receitas, considerando os encargos sociais e impostos específicos de cada elo, bem como subsídios (se houverem). Ressalta-se que tais fatores de conversão foram obtidos a partir de levantamentos realizados junto aos pesquisadores da Embrapa e a partir de Lopes et al. (2012). Do ponto de vista metodológico, FC é comumente empregado, conforme aponta a literatura (LOPES et al., 2012; FREITAS; REVILLION; BELARMINO, 2015; ALVES; BELARMINO; PADULA, 2017; SOUZA et al., 2016; SOUZA et al., 2017).

O levantamento dos custos de cada elo da cadeia produtiva foi coletado seguindo a estrutura descrita na Figura 10. Deste modo, o Elo 1 representa o estabelecimento produtivo (produção de azeitonas), o Elo 2 se refere ao elo de Transporte I, que compreende o transporte de azeitonas da produção até o beneficiamento. O Elo 3, por sua vez, corresponde ao elo da indústria de beneficiamento, onde as frutas são processadas para a fabricação do azeite. Já o Elo 4 diz respeito ao elo de Transporte II, cujos custos e receitas englobam aqueles incorridos no transporte do produto final até o porto ou atacado. Deste modo, tem-se a descrição da estrutura física, insumos intermediários e os parâmetros para levantamento dos gastos totais em cada elo privado e social nos itens que seguem.

3.3.1 Elo 1: Privado e Social

No Elo1 identificaram-se os custos dos fatores domésticos e dos insumos comercializáveis, considerando os valores privados, ou seja, aqueles trabalhados no mercado interno. Inicialmente foram identificados todos os custos fixos relacionados à produção e colheita (tratores e seus implementos, veículos, equipamentos de irrigação, pulverizadores, equipamentos de colheita, caixas e derriçadeiras, sejam estas manuais ou mecânicas).

Considerou-se também o custo da terra e aqueles oriundos da implementação do olival. Deste modo, os custos com mudas e aqueles relacionados aos viveiros não foram computado, uma vez que os mesmos estão inclusos na implementação do pomar. Para cada item fixo considerou-se uma taxa conservadora de retorno do capital equivalente a 6,5% ao ano, correspondente a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), que é a taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). Para cada item foram levantadas informações referentes ao custo de aquisição, valor residual, vida útil e índice de ociosidade.

Desta forma, foi possível calcular a depreciação e a participação efetiva de cada item por hectare de pomar. Posteriormente, os valores foram convertidos para custo por tonelada de azeitonas produzidas, dada a taxa de conversão de duas toneladas por hectare. No que se refere aos custos de trabalho, calculou-se a mão de obra utilizada nas atividades de manutenção do pomar, como poda e correção de solo, incluindo as assessorias necessárias, assim como os custos com colheita. O trabalho foi dividido em categorias de trabalho permanente (qualificado e não qualificado) e temporário (qualificado e não qualificado). Também se contabilizou os custos de trabalho referente à administração, verificando as devidas proporções entre o Elo 1 e Elo 3, uma vez que o setor administrativo atua nos dois elos.

No que tange aos custos intermediários, identificaram-se os insumos necessários para a produção, as quantidades utilizadas por hectare e os valores pagos pelos produtos. Deste modo, foi possível identificar o custo por hectare de cada insumo, como: fertilizantes, inseticidas, herbicidas, fungicidas, óleo diesel, energia elétrica, equipamentos de proteção individual (EPIs), materiais de limpeza e outros produtos químicos. Assim como nos demais tipos de custos, os resultados foram convertidos de R\$/hectare para R\$/toneladas. Os valores da receita obtida pela venda de uma tonelada de azeitona foram informados pelos estabelecimentos representativos, que trabalham com valores semelhantes.

Para calcular os preços sociais do primeiro elo, foram contabilizados todos os itens do Elo 1 privado, porém para cada um destes foi atribuído o Fator de Conversão, que considera o percentual de impostos e encargos sociais que incidem nos produtos transacionáveis e na mão de obra. Logo, os valores no elo social representam os preços que os produtores pagariam caso não houvesse a intervenção de políticas. No que tange a receita obtida no elo social, utilizou-se a mesma obtida a preços sociais, uma vez que não há importação de azeitona *in natura* no Brasil, não podendo ser comparada ao preço internacional.

3.3.2 Elo 2: Privado e Social

O Elo 2 se refere ao transporte da azeitona do primeiro para o terceiro elo, deste modo, os custos identificados compreendem os custos fixos (depreciação), de trabalho (salário do motorista) e custos intermediários (diesel, pneus, seguros, etc). A receita calculada neste elo foi considerada a taxa de transporte por tonelada de azeite em curtas distâncias, uma vez que os pomares estão próximos das agroindústrias. Para se calcular os custos sociais deste elo, utilizaram-se os mesmos critérios do primeiro elo e atribuíram-se os fatores de conversão de cada um dos itens, transformando os preços privados em sociais.

3.3.3 Elo 3: Privado e Social

No terceiro elo seguiu-se a mesma lógica no levantamento de gastos totais e receitas utilizadas no primeiro elo. Deste modo, verificaram-se os custos fixos que compreendem: equipamentos, máquinas e tanques utilizados para extração de azeite; equipamento de envase; veículos; estrutura física (construções); móveis e equipamentos de escritório, e; demais custos fixos incorridos neste elo. Da mesma forma que no Elo 1, utilizou-se a taxa de retorno de capital, procedendo-se as avaliações quanto a ociosidade e depreciação dos bens, mensurando-se o valor que compreende o custo de cada item (em reais por tonelada) de produto processado.

No que concerne ao custo de trabalho, verificou-se o percentual de gastos com mão de obra para cada tonelada de azeite de oliva extravirgem produzido. Assim, tem-se contabilizados os custos de trabalho temporário (qualificado e não qualificado) e permanente (qualificado e não qualificado). Além disso, os percentuais referentes à administração atribuídos a este elo foram mensurados.

Nos custos intermediários consideraram-se todos os insumos utilizados para extração e envase do azeite de oliva extravirgem. Entre tais custos estão os relacionados a energia elétrica, óleo diesel, embalagens, rótulos, tampas e lacres (referente ao número de garrafas equivalente a uma tonelada de azeite), demais materiais de expediente e embalagens, telefone e internet. Também foram consideradas as despesas comerciais, tais como comissão, promoções e publicidade. As receitas obtidas neste elo foram calculadas a partir do preço de venda de cada estabelecimento.

Para mensuração dos preços sociais dos insumos transacionáveis utilizou-se fatores de conversão de acordo com a carga tributária de cada item. Deste modo, os valores representaram um cenário sem a intervenção de políticas de Estado, como encargos sociais e tributação. No tocante a receita social, não foi possível identificar o valor de internalização da tonelada de azeite de oliva extravirgem, uma vez que os dados disponíveis no *Comex Stat* (Departamento de Estatística do Comércio Exterior do Brasil) se referiam ao azeite virgem, que possui qualidade inferior ao analisado nesta pesquisa, e, conseqüentemente, valores divergentes que não seriam fidedignos a realidade deste produto. Ademais, pelo fato do azeite não se tratar de uma *commodity*, os preços variam de acordo com a marca, qualidade e país de origem, o que dificulta a comparação entre o produto nacional e internacional. Assim, utilizou-se a mesma receita obtida a preços privados.

3.3.4 Elo 4: Privado e Social

O quarto elo da cadeia produtiva analisado nesta pesquisa consiste no transporte do produto (azeite de oliva extravirgem) até o atacado e varejo. Deste modo, os custos incorridos com depreciação, custo do trabalho (salários do motorista), insumos intermediários (diesel, pneus, seguros, e etc.) foram computados para cada tonelada de azeite transportado. A receita calculada neste elo foi considerada a taxa de transporte por tonelada de azeite da agroindústria até São Paulo, principal mercado dos estabelecimentos analisados. No que tange ao elo social, assim como nos demais elos, os valores foram convertidos por meio dos mesmos fatores de conversão mencionados no elo 2, representando desta forma, um ambiente sem a intervenção do Estado.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para a construção da MAP, utilizou-se o *software* Microsoft Office Excel 2010, cujos dados foram inseridos em uma matriz formada por uma sequência de planilhas interligadas. Para cada elo privado e cada elo social existe uma planilha específica, onde os custos e receitas são inseridos. São contabilizados todos os custos incorridos em cada elo da cadeia, sejam eles fatores de produção ou insumos, assim como as receitas, todos a valores privados (planilhas 1ºEloP, 2ºEloP, 3ºEloP e 4ºEloP) e a preços sociais (planilhas 1ºEloS, 2ºEloS, 3ºEloS e 4ºEloS). Além das planilhas mencionadas, dentro da estrutura contábil, têm-se uma planilha denominada TAB-4, que apresenta o resumo da MAP com os valores gerais dos preços privados e sociais por tonelada de produto final.

Após a seleção dos dados duas matrizes foram construídas, uma para cada estabelecimento. Posteriormente, calculou-se a média das duas matrizes, a fim de obter resultados que pudessem ser generalizados de uma forma fidedigna à realidade da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir da construção da MAP em cada um dos estabelecimentos, obtiveram-se os custos de produção de cada elo da cadeia de forma individualizada. Da mesma forma, identificaram-se os resultados dos lucros privados e sociais, e os índices que expressam a realidade individual de ambos os estabelecimentos. Posteriormente, calculou-se a média dos resultados obtidos, a fim de apresentar dados representativos a cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem do Rio Grande do Sul. Para a apresentação dos dados, utilizaram-se tabelas, figuras e representações gráficas.

Deste modo, inicialmente apresentam-se e discutem-se os achados referentes aos custos de produção de azeitonas e azeite de oliva extravirgem. Posteriormente, abordam-se os

resultados obtidos a partir do valor médio dos índices de competitividade, de vantagem comparativa, de proteção e de subsídio. Por fim, os resultados foram discutidos com base na literatura que forneceu respaldo para a investigação empírica, assim como se verificou o contraponto a partir dos achados de outras pesquisas, considerando a aplicação da MAP em distintas cadeias produtivas agroindustriais e destacando aspectos inerentes a atividade de olivicultura no Estado.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os resultados obtidos, a partir da aplicação da Matriz de Análise de Políticas (MAP), na cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem no Rio Grande do Sul. Deste modo, são analisados os custos de produção de azeitonas e do respectivo azeite de oliva. Além disso, apresentam-se os resultados identificados a preços privados e sociais de cada elo, permitindo um panorama dos efeitos de políticas sobre essa cadeia.

Expõem-se também os valores dos índices referentes à competitividade, vantagem comparativa, proteção e subsídios. Por meio de discussões com outras investigações empíricas, os achados são contrastados, possibilitando caracterizar o posicionamento econômico e concorrencial da cadeia agroindustrial gaúcha abordada nesta investigação. Por fim, apresenta-se uma análise integrativa, sob uma abordagem holística e sistêmica, retomando os aspectos teóricos anteriormente apontados. Destarte, realizam-se inferências e proposições estratégicas para a maximização do desempenho competitivo da cadeia produtiva do azeite de oliva extravirgem do RS.

4.1 CUSTOS DE PRODUÇÃO DE AZEITONAS E AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM

4.2 MAP DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM

4.3 DECOMPOSIÇÃO DOS INDICADORES MAP DA CADEIA PRODUTIVA DO AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM NO RS

4.3.1 Indicadores de competitividade

4.3.2 Indicadores de proteção

4.3.3 Indicador de vantagem comparativa

4.3.4 Indicador de subsídio aos produtores

4.4 ANÁLISE INTEGRATIVA E PROPOSIÇÕES ESTRATÉGICAS

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção retoma os objetivos do estudo realizado, bem como seus achados fundamentais, destacando algumas inferências. Deste modo, explana-se acerca das principais conclusões e contribuições acadêmicas e gerenciais. Também se apresentam as limitações da investigação realizada, a partir das quais são fornecidas sugestões para pesquisas futuras.

5.1 CONCLUSÕES

Com o objetivo de identificar os níveis de competitividade e eficiência na cadeia produtiva de azeite de oliva extravirgem do Rio Grande do Sul utilizou-se a Matriz de Análise de Políticas em dois estabelecimentos representativos. Os dados obtidos apontaram que a cadeia produtiva é competitiva e eficiente, verificou-se também que os lucros obtidos a preços privados estão sendo reduzidos pela ação do Estado, uma vez que lucros a preços sociais são superiores. No que se refere aos custos de produção de azeitonas e azeite extravirgem, verificou-se que ambos os estabelecimentos apresentam custos semelhantes e que seus retornos financeiros são satisfatórios.

No que concerne à contribuição acadêmica da investigação realizada, aponta-se o fato de analisar um produto historicamente não tradicional no mercado nacional, mas com viés de expansão, cuja relevância socioeconômica tem ganhado destaque nas últimas décadas. Além disso, apesar de empregar-se uma ferramenta já consolidada na literatura, a utilização de um objeto de estudo empírico não convencional, agrega certo ineditismo a pesquisa realizada.

5.2 LIMITAÇÕES DA PESQUISA E SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A pesquisa realizada também apresentou algumas limitações no que concerne à aplicação da Matriz de Análises de Políticas, haja vista que a não apuração da internacionalização da tonelada de azeite extravirgem para comparar ao preço nacional pode ter influenciado nos resultados obtidos nos índices de proteção. Deste modo, utilizou-se somente as receitas a preços privados nos elos 1 e 2. Sugere-se que em futuros estudos seja apurado o preço da internacionalização do produto extravirgem, com a mesma qualidade do produzido no país, a fim de possibilitar tecer comparações.

Ademais, como a MAP trata-se de um modelo estático, ou seja, que não inclui estimativas de elasticidade, pode não gerar resultados totalmente realistas sob um sentido dinâmico. Logo, estas limitações podem ser atenuadas por meio de um modelo de equilíbrio parcial que incorpora estimativas de elasticidade que possibilitam projetar impactos das

mudanças para o futuro (STOFOROS et al., 2000).

Para Reig-Martínez, Picazo-Tadeo e Estruch (2008, p. 309, tradução própria), a utilidade da MAP “pode ser substancialmente aumentada pela simulação da rentabilidade após a adoção de decisões gerenciais que melhorem a eficiência”. Logo, os autores sugerem que a combinação da MAP com a análise envoltória de dados (*Data Envelopment Analysis*) pode auxiliar no entendimento acerca do comportamento dos atores, uma vez que permite a simulação da rentabilidade do sistema produtivo após a adoção de algum tipo de ação ou tecnologia que promova a maximização da eficiência.

Para estudos posteriores recomenda-se também comparar a competitividade da cadeia produtiva de distintos tipos de azeite de oliva (virgem, extravirgem e refinado) no RS, a fim de identificar se existe diferença significativa nos custos de produção e demais indicadores fornecidos pela MAP. Além disso, a comparação da cadeia produtiva gaúcha com a das principais regiões produtoras em Portugal, Espanha e Itália (grandes produtores mundiais) pode auxiliar na identificação de estratégias peculiares que possam ser incorporadas na realidade do Estado.

REFERÊNCIAS

- ACKOFF, R. L. Beyond Total Quality Management. **The Journal of Quality and Participation**, v. 16, n. 2, p. 66-77, 1993.
- AKERLOF, G. A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **Quarterly Journal of Economics**, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.
- ADESINA, A. A.; COULIBALY, O. N. Policy and competitiveness of agroforestry-based technologies for maize production in Cameroon: An application of policy analysis matrix. **Agricultural Economics**, v. 19, n. 1-2, p. 1-13, 1998.
- ALBA, J. M. F. et al. Zoneamento Edafoclimático da Olivicultura para o Rio Grande do Sul. **Embrapa Florestas**, 2014.
- ALVES, C. E. S.; BELARMINO, L. C.; PADULA, A. D. Feedstock diversification for biodiesel production in Brazil: Using the Policy Analysis Matrix (PAM) to evaluate the impact of the PNPB and the economic competitiveness of alternative oilseeds. **Energy Policy**, v. 109, p. 297-309, 2017.
- ANANIA, G.; PUPO D’ANDREA, M. R. **The global market for olive oil: actors, trends, policies, prospects and research needs**. Agricultural TRADE Agreements: TRADEAG Working Paper, n. 08/2, 2008. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/6109/files/wp080002.pdf>. Acesso em 11 mar. 2019.
- ANDRIKOPOULOS, N. K. et al. Deterioration of natural antioxidant species of vegetable edible oils during the domestic deep-frying and pan-frying of potatoes. **International journal of food sciences and nutrition**, v. 53, n. 4, p. 351-363, 2002.
- ANTOL, M. N. **The Sophisticated Olive: The Complete Guide to Olive Cuisine**. New York: Square One Publishers, Inc., 2003
- ARAÚJO JR., J. T. Concorrência, competitividade e política econômica. In: BAUMANN, R. (Org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- AREND, M.; CÁRIO, S. A. F. Origens e determinantes dos desequilíbrios no Rio Grande do Sul: uma análise a partir da Teoria Institucional de Douglas North. **Ensaio FEE**, v. 26, p. 63-94, 2005.
- AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Instituto de Economia Agrícola**, p. 33-53, 2000.
- BAKHOUCHE, A. et al. A. Phenolic characterization and geographical classification of commercial Arbequina extra-virgin olive oils produced in Southern Catalonia. **Food Research International**, Campinas. v. 50, n. 1, p. 401-408, 2012.
- BATALHA, M.O.; SILVA, A.L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gestão de cadeias produtivas: novos aportes teóricos e empíricos. In: GOMES, M. F. M.; COSTA, F. A. **(Des)equilíbrio econômico & Agronegócio**. Viçosa: UFV, 1999.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especificidades e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BEAUCHAMP, G. K et al. Phytochemistry: ibuprofen-like activity in extra-virgin olive oil. **Nature**. v. 437, n. 7055, p. 45–46, 2005.

BEDBABIS, S. et al. Influence of irrigation with moderate saline water on “chemlali” extra virgin olive oil composition and quality. **Journal of food quality**, v. 33, n. 2, p. 228-247, 2010.

BELARMINO, L. C. Pêssego em calda de Pelotas-RS: Eficiência econômica, competitividade e impactos de políticas. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE FRUTICULTURA**. 22., 2012. Bento Gonçalves. Anais eletrônicos... Bento Gonçalves/ RS, 2012. Disponível em: <<http://www.congressofruticultura2012.com.br/anais-online/>> . Acesso em: 21 dez. 2018.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BERTONCINI, E.I.; TERAMOTO, J.R.S; PRELA-PANTANO. **Desafios para produção de azeite no Brasil. 2010. Artigo em Hypertexto**. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2010_4/DesafioOliva/index.htm>. Acessoem: 18jan.2019

BOGANI, P. et al. Postprandial anti-inflammatory and antioxidant effects of extra virgin olive oil. **Atherosclerosis**, v. 190, n. 1, p. 181-186, 2007.

BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista Economia**, v. 5, n. 2, p. 361-420, 2004.

CAMPOSEO, S.; VIVALDI, G. A. Short-term effects of de-oiled olive pomace mulching application on a young super high-density olive orchard. **Scientia Horticulturae**, v. 129, n. 4, p. 613-621, 2011.

CAPPELLETTI, G. M. et al. Innovations in the olive oil sector: a fuzzy multicriteria approach. **Journal of Cleaner Production**, v. 159, p. 95-105, 2017.

CASAROTTO FILHO, N.; MINUZZI, J.; SANTOS, P. C. F. Competitividade sistêmica de distritos industriais no desenvolvimento regional: uma comparação. **Revista da FAE**, v. 9, n. 2, p. 121-134, 2006.

CARBAJAL, L. M. B.; TOVAR, L. A. R.; ZIMMERMAN, H. F. L. Model of associativity in the production chain in Agroindustrial SMEs. **Contaduría y Administración**, v. 62, n. 4, p. 1118-1135, 2017.

CASTRO, A. M. G.; COBBE, R. V.; GOEDERT, W. J. **Prospecção de Demandas Tecnológicas**. Manual Metodológico para o SNPA. Brasília: Embrapa, 1995.

CHANLAT, J. F. “L’analyse Sociologique des Organisations: um Regard surla Production Anglo-saxonne Contemporaine (1970-1988)”, **Sociologie du Travail**, 3. 1989.

CINELLI, M.; COLES, S. R.; KIRWAN, K. Analysis of the potentials of multi criteria decision analysis methods to conduct sustainability assessment. **Ecological Indicators**, v. 46, p. 138-148, 2014.

CLODOVEO, M. L. et al. In the ancient world, virgin olive oil was called “liquid gold” by Homer and “the great healer” by Hippocrates. Why has this mythic image been forgotten?. **Food Research International**, v. 62, p. 1062-1068, 2014.

CLODOVEO, M. L. New advances in the development of innovative virgin olive oil extraction plants: looking back to see the future. **Food Research International**, v. 54, n. 1, p. 726-729, 2013.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica**, v.4, n. 16, p.386-405, 1937.

CORNWELL, D. G.; MA, J. Nutritional benefit of olive oil: the biological effects of hydroxytyrosol and its arylating quinone adducts. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 56, n. 19, p. 8774-8786, 2008.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. **Bookman**. 2. ed. Porto Alegre:, 2005.

COUTINHO, E. F.; JORGE, R. O. Olivicultura: mundo e Brasil. In: FILIPPINI ALBA, J. M., FLORES, C. A.; WREGE. M. S. **Zoneamento edafoclimático da olivicultura para o Rio Grande do Sul**. Brasília: Embrapa, 2013. p. 9-10.

COUTINHO, E. F. et al. Cultivo de oliveira (*Olea europaea* L.). **Introdução e importância econômica**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado. p. 17-27, 2009.

COUTINHO, L.; FERRAZ, J. C. Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: **Papiros**. Editora Unicamp, 2002.

DE GENNARO, B.; NOTARNICOLA, B.; ROSELLI, L.; TASSIELLI, G. et al. Innovative olive-growing models: an environmental and economic assessment. **Journal of Cleaner Production**, v. 28, p. 70-80, 2012.

DE LEONARDIS, A. et al. Effects of polyphenol enzymatic-oxidation on the oxidative stability of virgin olive oil. **Food research international**, v. 54, n. 2, p. 2001-2007, 2013.

ESSER, K. et al. **Competitividad sistémica: competitividade internacional de las empresas y políticas requeridas**. Berlim: Instituto Alemán de Desarrollo, 1994.

ELSEVIER. **Conteúdo da base Scopus**. Disponível em:<https://www.elsevier.com/solutions/scopus/content> .2018. Acesso em: 20 out. 2018.

FAGUNDES, J. Economia institucional: custos de transação e impactos sobre política de defesa da concorrência. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 2, p. 119-144, 1997

FANG, C.; BEGHIN, J. C. **Food self-sufficiency, comparative advantage, and agricultural trade: a policy analysis matrix for Chinese agriculture.** Iowa: Center for Agricultural and Rural Development and Department of Economics Iowa State University, 2000.

FARIAS, C. V. S. **O papel das instituições na formação e transformação da vitivinicultura da Serra Gaúcha:** possibilidades de interpretações do desenvolvimento rural pela Nova Economia Institucional. 2016. 269 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

FARINA, E. M. M. Q. Competitividade e coordenação de sistemas agroindustriais: um ensaio conceitual. **Gestão & Produção**, v. 6, n. 3, p. 147-161, 1999.

FARINA, E. M. M. Q.; SAES, M. S. M.; DE AZEVEDO, P. F. **Competitividade:** mercado, estado e organizações. São Paulo: Singular, 1997.

FERNANDES, A. M. **Desempenho competitivo da cadeia produtiva da carne bovina do Bioma Pampa.** 2017. 130 f., Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade de Caxias do Sul, 2017.

FERNÁNDEZ-ESCOBAR, R. et al. Olive production systems. **OLIVAE**, v. 118, p. 55-67, 2012.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Made in Brazil:** desafios competitivos para a indústria. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FREITAS, J. B.; REVILLION, J. P. P.; BELARMINO, L. C. Análise da Competitividade da Cadeia Produtiva do Leite em Pó Integral. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 6. p. 750-771. 2015.

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 89-105, 2003.

GARCÍA-CONZÁLEZ, D. L.; APARICIO, R. Research in olive oil: challenges for the near future. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**, v. 58, n. 24, p. 12569-12577, 2010.

GARCÍA, M. L. S.; SÁNCHEZ, B. T.; ANAYA, M. A. A. Systemic Competitiveness of SMEs in Mexico City, Mexico. **FaedpymeInternational Review**, v. 4, n. 6, p. 19-33, 2015.

GASPARETTO, V. **Proposta de uma sistemática para avaliação de desempenho em cadeias de suprimentos.** 2003, 248f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GOMES, L. S. **Produção de oliveiras e diversificação produtiva: uma abordagem sobre o potencial estratégico para o desenvolvimento territorial.** 2018, 186 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

GREEN, R.; SANTOS, R. R. **Economia de red y reestructuración del sector agroalimentario**. Paris: INRA, 1992

GRIGG, D. Olive oil, the Mediterranean and the world. **GeoJournal**, v. 53, n. 3, p. 163-172, 2001.

GUCCI, R.; CANTINI, C. **Pruning and training systems for modern olive growing**. Oxford: Csiro Publishing, 2000.

GUERRERO, L. et al. Cross-cultural conceptualization of the words Traditional and Innovation in a food context by means of sorting task and hedonic evaluation. **Food Quality and Preference**, v. 25, n. 1, p. 69-78, 2012.

HAGUENAUER, L. Competitividade conceitos e medidas: uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. **Texto para Discussão nº. 211**, 1989.

HÅLAND, E. J. The ritual year of Athena: the agricultural cycle of the olive, girls' rites of passage, and official ideology. **Journal of Religious History**, v. 36, n. 2, p. 256-284, 2012.

IOC. International Olive Council. Olive Oil: Global Strategic Business Report. Market **Newsletter** n. 69, february, 2013. Disponível em: <<http://www.internationaloliveoil.org/news/index/663-year-2013-news>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

IOC. International Olive Council. Italy proposes a new classification for olive oil. **Newsletter** n. 134, february, 2019. Disponível em: <<http://www.internationaloliveoil.org/news/view/206-year-2019-news/1268-newsletter-134>>. Acesso em 11 mar. 2019.

IOC. International Olive Council. **World Olive Oil Figures**. 2019. Disponível em: <<http://www.internationaloliveoil.org>>. Acesso em: 12 de jan. 2019.

IOC. International Olive Council. **World Olive Oil Figures**. 2017. Disponível em: <<http://www.internationaloliveoil.org>>. Acesso em: 13 de dez. 2019.

IOC. International Oil Council. **International olive oil production cost study**. 2015. Disponível em: <<http://www.internationaloliveoil.org/documents/index/1815-international-olive-oil-production-costs-study>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000.

JIMÉNEZ, B.; SÁNCHEZ-ORTIZ, A.; LORENZO, M. L.; RIVAS, A. Influence of fruit ripening on agronomic parameters, quality indices, sensory attributes and phenolic compounds of Picudo olive oils. **Food Research International**, v. 54, n. 2, p. 1860-1867, 2013.

JOÃO, P. L.; ALMEIDA, G. T. F.; AMBROSINI, L. B. **Nota Técnica: cadastro olivícola 2017**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação/ Câmara Setorial das Oliveiras, 2017. Disponível em:

<<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/201803/12135955-nota-tecnica-cadastro-olivicola-2017.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JUSTINO, C. I. L.; PEREIRA, R.; FREITAS, A. C.; ROCHA, T. A.; SANTOS, P.; PANTELEITCHOUK, T. S. L.; DUARTE, A. C. Águas residuais do moinho de azeite antes e depois do tratamento: uma revisão crítica do ponto de vista ecotoxicológico. **Ecotoxicologia**, 21, pp. 615 – 619, 2012.

KARBASI, A. R.; KARIMKOSHTEH, M.; HASHEMITABAR, M. Investigation of comparative advantage of the cotton production in Golestan province. **Agricultural Economics and Development**, v. 13, n. 2, p. 29-50, 2005.

KUPFER, D. Uma abordagem neo-schumpeteriana da competitividade industrial. **Ensaio FEE**, v. 17, n. 1, p. 355-372, 1996.

KYDD, J.; PEARCE, R., STOCKBRIDGE, M. The economic analysis of commodity systems: Extending the policy analysis matrix to account for environmental effects and transactions costs. **Agricultural Systems**. V. 55, ed. 2, p. 323-345, 1996.

LABONNE, M. **Sue le concept de filière en économie agro-alimentaire**. Montpellier: Institut National de Recherche Agronomique, Laboratório d'Economie et Sociologie Rurales, 1985.

LADDOMADA, B. et al. Application of a simplified calorimetric assay for the evaluation of extra virgin olive oil quality. **Food Research International**, v. 54, n. 2, p. 2062-2068, 2013.

LANFRANCO, B.; FERRARO, B.; RAVA, C. Assessing competitive position of Uruguay's beef sector. **Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies**, v. 8, ed. 2, p. 288-302, 2018.

LARA COVARRUBIAS, D. et al. Competitiveness and comparative advantages of milk production systems in Jalisco State, Mexico. **Agrociência**, v. 37, ed 1, p. 85-94, 2003.

LEGENDRE, O.; BRESLIN, P. A. S.; FOSTER, D. A. Oleocanthal rapidly and selectively induces cancer cell death via lysosomal membrane permeabilization (LMP). **Molecular & Cellular Oncology**, n. March, 2015.

LONGWE-NGWIRA, A.; SIMTOWE, F.; SIAMBI, M. Assessing the competitiveness of groundnut production in Malawi: a policy analysis matrix approach. **International Association of Agricultural Economists Triennial Conference**, 2012.

LOPES, M. R. et al. **Matriz de Análise de Políticas: metodologia e análise**. Brasília, DF: **Embrapa**, 2012.

LUCHETTI, F. Importance and future of olive oil in the world market—An introduction to olive oil. **European Journal of Lipid Science and Technology**, v. 104, n. 9-10, p. 559-563, 2002.

MAPA. **Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento**. Autuadas 84 empresas por indícios de fraude no azeite vendido no país. 2017. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/noticias/autuadas-84-empresas-por-indicios-de-fraude-no-azeite-vendido-no-pais>>. Acesso em 13 mar. 2019.

MATTUELA, J. L.; FENSTERSIFER, J.; LANZER, E. A. Competitividade em mercados agroindustriais integrados. **Revista de Administração**, v. 30, n. 4, p. 34-42,. 1995.

MELIKO, M. O. et al. The efficiency of small-scale agriculture in Limpopo province of South Africa. **African Journal of Agricultural Research**, v. 7, n. 12, p. 1789-1793, 2012.

MENAPACE, L. et al. Consumers' preferences for geographical origin labels: evidence from the Canadian olive oil market. **European Review of Agricultural Economics**, v. 38, n. 2, p. 193-212, 2011.

MÉNARD, C. A. A new institucional approach to organization. In: MÉNARD, C.; SHIRLEY, M. M. **Handbook of new institucional economics**. New York: Springer, 2005. LABONNE, M. **Sue le concept de filière en économie agro-alimentaire**. Montpellier: Institut National de Recherch Agronomique, Laboratório d'Economie et Sociologie Rurales, 1985.

MILI, S. Olive oil marketing on no-traditional markets: prospects and strategies. **Mediterranean Journal of Economics, Agriculture and Environment**, v. 5, p. 27-37, 2006.

MONKE, E. A.; PEARSON, S. R. **The Policy Analysis Matrix for Agricultural Development**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1989. 279p. Disponível em: <http://www.stanford.edu/group/FRI/indonesia/documents/MAPbook.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MORVAN, Y. **Fondements d' economie industrielle**. Paris: Economica, 1988.

MORVAN, Y. Filière de production. In: MORVAN, Y. **Fondements d' Economie Industrielle**. 2. ed. Paris: Econômica, 1991.

MÜLLER, G. A competitividade como um caleidoscópio. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, p. 23-32, 1994.

MUELLER, T. **Extravirgindade: o sublime e escandaloso mundo do azeite de oliva**. São Paulo: Tapioca, 2012.

NELSON, C. G.; PANGGABEAN, M. The Costs of Indonesian Sugar Policy: A Policy Analysis Matrix Approach. **American Journal of Agricultural Economics**. v.73, ed 3, p. 703-712, 1991.

NORTH, D. Economic performance through time. In: ALSTON, L. et al. (eds.) **Empiric studies in institutional change**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

NORTH, D. **Desempeño económico enel transcurso de los años**. Estocolmo: (s. n.), 1993a. (Conferência de Douglass C. North em Estocolmo, Suécia, 9 de dezembro de 1993, ao receber o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas). Disponível em: <<https://eumed.net/>>. Acesso em 11 fev. 2019.

NORTH, D. **Instituciones, cambio institucional y desempeño econômico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993b.

NORTH, D. **Institutions: institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NOVAIS, M. A.; RUHANEN, L.; ARCODIA, C. Destination competitiveness: a phenomenographic study. **Tourism Management**, v. 64, p. 324-334, 2018.

NURFADILLAH, S.; RACHMINA, D.; KUSNADI, N. Impact of trade liberalization on Indonesian broiler competitiveness. **Journal of the Indonesian Tropical Animal Agriculture**, v. 43, ed. 4, p. 429-437, 2018.

OBGE, A. O.; OKORUWA, V. O.; SAKA, O. J. Competitiveness of Nigeria rice and maize production ecologies: a Policy Analysis Approach. **Tropical and Subtropical Agroecosystems**, v. 14, p. 493-500, 2011.

OGATA, K. **System Dynamics**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2004.

OLISUL. Associação dos Olivicultores do Sul do Brasil. **Conheça o Azeite**. Tipos. Classificação do azeite. 2019. Disponível em: http://www.oliviculturas.com.br/conhec_azeite1_tipos.html. Acesso em 02 jan. 2019.

PAEZ, M. L. D. Modelo de análise e gestão de sistemas de inovação do agronegócio: novos horizontes ou caos. **Caderno de Ciência e Tecnologia**, v. 18, n. 2, p. 37-67, 2001.

PAGANO, L. O conceito da competitividade. **Revista ESPM**, 8 (4):39-47, 2001.

PAHLAVANI, R.; GHAREMANZADEH, M.; DASHTI, G. Dynamic comparative advantage analysis of rural and pastoral systems of small ruminant husbandry. **International Journal of Advanced and Applied Sciences**, v. 4, ed. 11, p. 81-87, 2017.

PAKRAVAN, M. R.; KALASHAMI, M. K. Determination of target Exchange rate for the comparative advantage of Iran crops (a case of Sari Township). **International Journal of Agricultural Management & Development**, v. 1, n. 2, p. 101-106, 2011.

PARKER, B. et al. Effect of a high-protein, high-monounsaturated fat weight loss diet on glycemic control and lipid levels in type 2 diabetes. **Diabetes care**, v. 25, n. 3, p. 425-430, 2002.

PEARSON, S.; GOTTSCH, C.; BAHRI, S. **Aplicações da Matriz de Análise de Políticas na agricultura indonésia**. Parte um: conceitos teóricos e procedimentos empíricos, 1-16. 2004 Disponível em: <http://web.stanford.edu/group/FRI/indonesia/newregional/newbook.pdf> . Acesso em: 10 fev. 2018.

PEÇA, J. O. et al. Mechanical pruning of olive trees as an alternative to manual pruning. **Acta Horticulturae**, v. 1, p. 295-300, 2002.

PEDROZO, E.; HANSEN, P. **Cluster, filiere, supplychain, redes flexíveis: uma análise comparativa**. Grenoble: Université Pierre Mendes, 2001.

PEROSA, J. M. Y.; BAIARDI A. Especificidades institucionais/regionais no conceito da competitividade. **Organizações & Sociedade**, v. 6, n. 16, p. 77-87, 1999.

PORTER, M. E. The Competitive Advantage of Nations. **Harvard Business Review**, p.73-93, 1990.

POSADAS DOMÍNGUEZ, R. R.; ARRIAGA JORDÁN, C. M.; MARTÍNEZ CASTAÑEDA, F. E. Contribution of family labour to the profitability and competitiveness of small-scale dairy production systems in central México. **Tropical Animal Health and Production**. V. 46, ed. 1, p. 235-240, 2014.

RASTEGARIPOUR, F. et al. Comparative advantage analysis of bottled drinking water factory: a case study of Khorasan Region, Iran. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 30, p. 11978-11983, 2011.

REIG-MARTÍNEZ, E.; PICAZO-TADEO, A. J.; ESTRUCH, V. The policy analysis matrix with profit-efficient data: evaluating profitability in rice cultivation. **Spanish Journal of Agricultural Research**, v. 6, n. 3, p. 309-319, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 49.945, de 11 de dezembro de 2012. Cria a Câmara Setorial das Oliveiras**. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Ano LXX, Porto Alegre, 12 de dezembro de 2012, nº 238.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 52.479, de 29 de julho de 2015. 2015d. Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento da Olivicultura**. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Ano LXXIII, Porto Alegre, 30 de julho de 2015, nº 144.

ROSELLI, L. et al. Consumer's willingness to buy innovative traditional food products: the case of extra-virgin olive oil extracted by ultrasound. **Food Research International**, v. 108, p. 482-490, 2018.

RUTHERFORD M. **Institutions in Economics, the Old and the New institutionalism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SALAS, J. J.; et al. Biochemistry of lipid metabolism in olive and other oil fruits. **Progress in lipid research**, v. 39, n. 2, p. 151-180, 2000.

SANTOSA, M. et al. Knowledge, beliefs, habits and attitudes of California consumers regarding extra virgin olive oil. **Food research international**, v. 54, n. 2, p. 2104-2111, 2013.

SANZ CAÑADA, J. et al. Multifuncionalidad y sistemas agroalimentarios locales: prioridades de investigación e innovación em medio ambiente, territorio y desarrollo rural en el sector español del aceite de oliva. In: INTERNATIONAL EAAE-SYAL SEMINAR, 2010, Parma. [Papers...] Parma: EAAE/SYAL, 2010.

SAURESSIG, D. A hora do azeite brasileiro. **A Granja**, v. 823, 2017. Disponível em: <<https://edcentaurus.com.br/agranja/edicao/823/materia/8563>>. Acesso em 12 mar. 2019.

- SAUERESSIG, D. **O desenvolvimento da olivicultura no Rio Grande do Sul:** potencialidade e desafios. 2018, 122f, Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- SEBRAE-RS. **Missão técnica é iniciativa do Programa Juntos para Competir** (FARSUL, SENAR, e SEBRAE RS) – desenvolvimento de projetos no Estado. 2017. Disponível em: <https://sebrae-rs.com.br/entidades-gauchas-vaio-em-busca-de-conhecimento-sobre-a-olivicultura-uruguaia/>. Acesso em: 27 set. 2018.
- SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Programa Estadual de Olivicultura Pró-Oliva**. 2019. Disponível em: <<https://www.agricultura.rs.gov.br/pro-oliva>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- SENGE, P. **A quinta disciplina: arte e prática da organização de aprendizagem**. 15. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- SILVA, T. M. **Caracterização da estrutura da cadeia produtiva da olivicultura no Estado do Rio Grande do Sul:** o caso das propriedades rurais de Cachoeira do Sul, 2013, 76f. Curso Superior de Tecnologia em Desenvolvimento Rural, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- SIMAN, R. F. **Estudo dos determinantes das performances socioeconômicas dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul:** análise comparada nas perspectivas do Capital Social e da Nova Economia Institucional. 2009. 334f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- SIMANCA, M. M.; MONTOYA, L. A.; BERNAL, C. A. Knowledge management in production chains: the case of the dairy chain in Colombia. **Informacion Tecnológica**, v, 27, n. 3, 2016.
- SOARES, N. S. et al. Competitively of palm heart of pejobaye in brazil in different production systems. **Revista Arvore**, v. 35, ed. 6, p. 1287-1297, 2011.
- SOARES, N. S. et al. Competitiveness of the mango industry produced in Northeastern Brazil. **Revista Arvore**, v. 34, ed. 5, p. 917-928, 2010.
- SOUZA, A. R. L.; RÉVILLION, J. P. P. Rice production in Mercosur seen through a Policy Analysis Matrix (PAM). **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 1, p. 55-72, 2013.
- SOUZA, A. R. L. et al. Análise da competitividade da cadeia produtiva de arroz beneficiado do Rio Grande do Sul: um estudo utilizando a Matriz de Análise de Políticas (MAP). **Custos e Agronegócios**, v.12, n.2, 2016.
- SOUZA, A. R. L. et al. Economic and accounting evaluation of rice milled production chains in Rio Grande do Sul (Brazil) and Uruguay with application of the Policy Analysis Matrix. **Ciência Rural**, v. 47, n. 4, 2017.

STERMAN, J. D. System dynamics modeling: tools for learning in a Complex World. **California Management Review**, v. 43, n. 4, 2001.

STOFOROS, C. et al. Agricultural policy analysis model for Slovenian agriculture. **Selective readings on economies in transition. Cahier Options Mediterraneennes**, v. 44, p. 91-102, 2000.

TERAMOTO, J. R. S.; BERTONCINI, E.I.; PANTANO A. P. **Histórico da introdução da cultura da oliveira no Brasil**. 2010. Artigo em Hypertexto. Disponível em: <http://www.infobibos.com/artigos/2010_4/historicooliveira/index.htm>. Acesso em: 27/09/2017.

TERAMOTO, J. R. S.; BERTONCINI, E. I.; PRELA-PANTANO, A. Mercado dos produtos da oliveira e os desafios brasileiros. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 24-32, 2013.

TOURÉ, A. A. et al. Analysing policy-induced effects on the performance of irrigated rice. **African Journal and Agricultural and Resource Economics**, v. 8, n. 1, p. 68-77, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

TSAGARAKI, E.; LAZARIDES, H. N.; PETROTOS, K. B. Tratamento de águas residuais de moinho de azeitona. Utilização de subprodutos e tratamento de resíduos na indústria de alimentos, **Springer**, Nova York, pp. 133 – 158, 2007.

TÜRKEKUL, B. et al. **A market share analysis of virgin olive oil producer countries with special respect to competitiveness**. Barcelona: European Association of Agricultural Economics, 2007.

UGOCHUKWU, A. I.; EZEDINMA, C. I. Intensification of rice production systems in South-eastern Nigeria: a Policy Analysis Matrix Approach. **International Journal of Agricultural Management & Development**, v. 1, n. 2, p. 89-100, 2011.

URUGUAY XXI. **Promoción de inversiones y exportaciones**. Los últimos 10 años han servido de base para El desarrollo de La consolidación productiva del sector olivícola de Uruguay. Diciembre, 2013.

USITC. **United States International Trade Commission**. Olive oil: conditions of competition between U.S. and major foreign supplier industries. Washington: USITC Publication 4419, 2013.

VANHONACKER, F.; LENGARD, V.; HERSLETH, M.; VERBEKE, W. Profiling European traditional food consumers. **British Food Journal**, v. 112, n. 8, p. 871-886, 2010.

VASILESKA, A.; RECHKOSKA, G. Global and regional food consumption patterns and trends. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 44, p. 363-369, 2012.

VIEIRA, J. A. **Organização e sistemas**. São Paulo: PUCSP, 1998.

VIEIRA NETO, J. et al. **Botânica, descrição da planta e aspectos técnicos do cultivo da oliveira**. Circular Técnica, n. 20. Belo Horizonte: EPAMIG, 2008.

VILAR J.; PEREIRA, J. E. **La olivicultura internacional: difusión histórica, análisis estratégico y visión descriptiva**. Fundación Caja Rural de Jaén. Espanha, 2018. Disponível em: <<https://www.fundacioncrj.es/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

VLYSSIDES, A. G.; LOIZIDES, M.; KARLIS, P. K. Integrated strategic approach for reusing olive oil extraction by-products. **Journal of Cleaner production**, v. 12, n. 6, p. 603-611, 2004.

WALKER, J. A. Olive oil in yellow fever. **The Lancet**, v.39, ed. 1008, p. 472-473, 1841.

WILLIAMSON, O. E. **The mechanism of governance**. New York: Oxford University Press, 1996.

WILLIAMSON, O. E. **Transaction cost economics and organization theory**. Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond, p. 207-256, 1994.

WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism: firms, markets and relational contracting**. New York: Free, 1985.

WREGE, M. S.; COUTINHO, E. F.; PANTANO, A. P.; JORGE, R. O. Distribuição potencial de oliveiras no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 37, n. 3, p. 656-666, 2015.

WREGE, M. S.; FILIPPINI ALBA, J. M.; COUTINHO, E. F. Clima. In: COUTINHO, E. F. et.al (Ed.). **Oliveira: aspectos técnicos e cultivo no Sul do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2015. p. 19-27.

YAO, S. J. Comparative advantages and crop diversification: A policy analysis matrix for Thai agriculture. **Journal of Agricultural Economics**, v. 48, ed. 2, p. 211-222, 1997.

ZACCARELLI, S. B. A nova ideologia da competição. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 1, p. 14-21, 1995.

ZHENG, S. et al. Effect agricultural subsidy policies on comparative advantage and production protection in China: na application with a Policy Analysis Matrix Model. **The Chinese Economy**, v. 46, n. 1, p. 20-37, 2013.

ZYLBERZSTAJN, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. Universidade de São Paulo. (Tese de Doutorado). Departamento de Administração, FEA/USP. 1995. 238p.